

*Emprego e condições de emprego nas zonas rurais, sua implicação
na pobreza: o caso da açucareira de Xinavane*

Yasfir Daudo Ibraimo

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE ECONOMIA
TRABALHO DE LICENCIATURA EM ECONOMIA
Julho, 2009

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

Maputo, ____ de _____ de 2009

Yasfir Daudo Ibraimo

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com ____ valores no dia ____ de _____ de 2009 por nós, membros do Júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.

(Presidente)

(Arguente)

(Supervisor)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais,

Daudo Ibraimo Mamad Bay & Ana Paula P. António Mamad

&

aos meus tios,

Aligy Ussen Mamad & Milemo Chalse

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o culminar de um longo percurso que começou em 2005, quando entrei para esta Faculdade. Estou profundamente agradecido à todas pessoas que directa ou indirectamente ajudaram-me durante a minha frequência ao curso, assim como na elaboração do presente trabalho.

Estou muito grato ao meu supervisor, Prof. Doutor Carlos Nuno Castel-Branco, por me apoiar, orientar na elaboração deste trabalho, e ter me concedido a oportunidade de escrever esta tese no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), rodeado de muita bibliografia e um ambiente académico favorável para uma investigação.

Agradecer a todos os professores, que me leccionaram durante todos estes anos, transmitindo seus conhecimentos que poderão me ser útil na vida profissional.

Agradeço a todos os investigadores e trabalhadores do IESE, em especial a Nelsa Massingue, Rogério Ossemane, e Rosimina Ali, por acompanharem a elaboração deste trabalho, e terem contribuído com sugestões. Agradeço ao Carlos Vicente, pelo apoio inicial na elaboração deste trabalho e a Dra. Odete pelos seus comentários.

Agradeço: a açucareira de Xinavane, por terem me facultado e disponibilizado os seus trabalhadores para responder ao inquérito; ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Açucareira (SINTIA); ao Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI), em especial para a Engenheira Liria Sambo.

Agradecimento especial os meus irmãos: Názia, Munir, Rossana e a Eneida, pelo amor e força, agradeço as minhas primas e primo: Madina, Farida, Rachida, Abiba e Naima e Adamo, pelos vossos comentários a tese. Agradeço também ao Mauro, Jimmy e aos meus colegas e amigos: Inocência, Elton, Carlos, por terem me apoiado na elaboração do trabalho. Agradecer a todos os colegas da turma de Economia de 2005 – 2009.

ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS	iv
ÍNDICE DE FIGURA	iv
ÍNDICE DE TABELAS	iv
ÍNDICE DE ANEXOS.....	iv
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	1
1.1 Problemática de Estudo.....	2
1.2 Objectivos do Trabalho	2
1.3 Metodologia	3
1.4 Estrutura do Trabalho.....	4
CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
2.1 Introdução.....	6
2.2 Contextualização da pobreza: definição e medição.....	6
2.3 Emprego nas zonas rurais vs redução da pobreza	8
2.4 Emprego Decente e Indicadores	10
2.4.1 <i>Emprego decente</i>	10
2.4.2 <i>Indicadores do emprego decente</i>	11
2.5 Emprego decente como forma de reduzir a pobreza	14
2.6 Problemas do emprego nas zonas rurais e sua sustentabilidade.....	15
CAPÍTULO 3: PERSPECTIVA HISTÓRICA DO TRABALHO NAS ZONAS RURAIS EM MOÇAMBIQUE	17
3.1 Introdução	17
3.2 Trabalho rural no período colonial.....	17
3.3 Trabalho rural no período pós-independência	20
CAPÍTULO 4: EMPREGO E CONDIÇÕES DE EMPREGO NAS ZONAS RURAIS DE MOÇAMBIQUE	23
4.1 Introdução	23
4.2 Emprego nas zonas rurais	23
4.3 Condições de trabalho nas zonas rurais	26
CAPÍTULO 5: O CASO DA AÇUCAREIRA DE XINAVANE	29
5.1 Introdução	29
5.2 Estrutura da açucareira de Xinavane.....	29
5.2.1 <i>Agricultura</i>	30
5.2.2 <i>Indústria</i>	31
5.3 Emprego gerado pela açucareira de Xinavane.....	32
5.4 Condições de trabalho na açucareira de Xinavane.....	37
5.4.1 <i>Contratos de trabalho</i>	37
5.4.2 <i>Remuneração</i>	38
5.4.3 <i>Higiene e segurança no trabalho</i>	43
5.4.4 <i>Protecção Social</i>	44
CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO	46
BIBLIOGRAFIA	49
ANEXOS	52

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: <i>Nível de escolaridade dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	33
Gráfico 2: <i>Comportamento do emprego na açucareira de Xinavane (2005-2008)</i>	36
Anexo 5 - Gráfico 3: <i>Faixa etária dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	55
Anexo 6 - Gráfico 4 : <i>Número de membros do agregado familiar dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	55

ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1: <i>Estrutura da açucareira de Xinavane</i>	32
--	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: <i>Frequência na renovação de contrato dos trabalhadores sazonais</i>	38
Tabela 2: <i>Salário (em meticais) base aplicado por categoria na açucareira de Xinavane, 2009</i>	40
Tabela 3: <i>Dados estatísticos sobre acidentes de trabalho na açucareira de Xinavane (2005-2008)</i>	44
Anexo 1 - Tabela 4: <i>Resumo sistemático do inquérito aos trabalhadores sazonais e permanentes da açucareira de Xinavane</i>	53
Anexo 2 - Tabela 5: <i>Número de membros do agregado familiar dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	54
Anexo 3 - Tabela 6: <i>Nível de escolaridade dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	54
Anexo 4 - Tabela 7: <i>Faixa etária dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	54
Anexo 7 - Tabela 8: <i>Linhas de Pobreza alimentar e não alimentar</i>	56

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Tabela 4: <i>Resumo sistemático do inquérito aos trabalhadores sazonais e permanentes da açucareira de Xinavane</i>	53
Anexo 2 - Tabela 5: <i>Número de membros do agregado familiar dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	54
Anexo 3 - Tabela 6: <i>Nível de escolaridade dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	54
Anexo 4 - Tabela 7: <i>Faixa etária dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	54
Anexo 5 - Gráfico 3: <i>Faixa etária dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	55
Anexo 6 - Gráfico 4 : <i>Número de membros do agregado familiar dos trabalhadores da açucareira de Xinavane</i>	55
Anexo 7 - Tabela 8: <i>Linhas de Pobreza alimentar e não alimentar</i>	56
Anexo 8 – <i>Inquérito dirigido a Açucareira de Xinavane</i>	56
Anexo 9 – <i>Inquérito dirigido aos trabalhadores sazonais da Açucareira de Xinavane</i>	61

RESUMO

O presente trabalho analisa o emprego e as condições de emprego nas zonas rurais, sua implicação na pobreza, com o estudo de caso da açucareira de Xinavane.

Este trabalho questiona: (i) que tipo de emprego se vem desenvolvendo nas zonas rurais (ii) se são empregos com sustentabilidade (iii) em que condições estes empregos se desenvolvem (iv) se são condições que favorecem ou não ao trabalhador (v) quais as implicações dos empregos que se vem desenvolvendo nessas zonas para a pobreza se são positivas ou negativas (vi) o quão decente são os empregos gerados nessas zonas.

O trabalho baseou-se na metodologia qualitativa (essencialmente assente na abordagem do emprego decente, que contem na sua visão variáveis socioeconómicas que permitem analisar a decência do emprego e das suas condições) e quantitativa (baseada em inquéritos, através de conversas formais e informais com trabalhadores, alguns órgãos de direcção da Açucareira de Xinavane).

Da pesquisa realizada constatou-se que:

- nas zonas rurais em geral, os empregos que se vem desenvolvendo são sazonais, e pela óptica do emprego decente estes não são decentes, são empregos apenas com sustentabilidade a curto e médio prazo.
- no caso da açucareira de Xinavane: (i) os salários dos trabalhadores, apesar de terem valores acima do salário mínimo, não conseguem cobrir as necessidades destes, destinando-se apenas ao consumo; (ii) todos os trabalhadores possuem contratos de trabalho, todavia, apenas alguns dos permanentes têm conhecimento destes, com maior parte dos sazonais e outros permanentes não tendo conhecimento dos contratos; (iii) tem havido melhorias nas condições de higiene e segurança no trabalho; (iv) apenas os trabalhadores permanentes estão inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Os sazonais encontram-se excluídos desta forma de protecção social e de muitos benefícios sociais do emprego.

Com base nos indicadores do emprego decente, o trabalho conclui que maior parte do emprego gerado por esta açucareira (o sazonal) não é decente, pois, nem todos são favoráveis aos seus trabalhadores, e com implicações negativas na pobreza, pois são insustentáveis a médio e longo prazo, desenvolvendo-se em condições precárias.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O emprego, que constitui uma das variáveis macroeconómica, tem sido muito discutido não só em economias desenvolvidas, mas também nas não desenvolvidas. Em Moçambique, principalmente nas zonas rurais, onde reside a maior parte da população e com maior incidência da pobreza, a geração de mais postos de trabalho é vista como um vector para a sua redução.

Dos vários debates que têm surgido à volta da componente emprego, questões de ordem qualitativa do emprego, que levam a melhores condições de trabalho, têm sido muito pouco referenciados e discutidos, preocupando-se mais com aspectos quantitativos, isto é, com o número de postos de trabalho que foram ou serão criados durante um certo período de tempo.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), com base em várias publicações, vem tentando influenciar o debate no seio dos académicos e políticos sobre a forma de pensar e tratar a questão do emprego, sem negar a importância de se criar mais postos de trabalho, mais procurando chamar atenção para que se considere não apenas a vertente quantitativa, mas também a qualitativa. Esta organização defende que o emprego constitui um activo para as camadas mais desfavorecidas, pelo que, constitui um instrumento para a redução da pobreza. Mas, não é qualquer emprego, mas sim, um emprego decente.

Assim, emprego decente é visto como um emprego produtivo, que garante igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, com condições de trabalho seguras, remunerações adequadas, protecção social para os trabalhadores e suas famílias, bem como boas perspectivas em termos de desenvolvimento pessoal e inclusão social, incluindo também a liberdade dos trabalhadores expressarem suas preocupações, organizarem-se e participarem em decisões que afectam as suas vidas. (ILO, 2008; Célestin, 2002).

Este trabalho, concentrar-se-á no estudo do emprego e das condições de emprego nas zonas rurais, procurando identificar e caracterizar o tipo de emprego dominante nessas

zonas e analisar as suas condições de trabalho, usando a abordagem do emprego decente para avaliar o quão decente são os empregos gerados nessas zonas.

Para elucidar e demonstrar em termos práticos os argumentos teóricos à volta das condições de emprego nas zonas rurais, o trabalho toma como estudo de caso, a açucareira de Xinavane, por esta ser geradora de muitos postos de trabalho na zona rural e conter emprego permanente e sazonal.

1.1 Problemática de Estudo

A problemática de estudo do presente trabalho, tem a sua génese na ideia de que a geração de mais emprego nas zonas rurais é fundamental para a redução da pobreza. Então, partindo da ideia que é vinculada, e a luz da abordagem do emprego decente, o presente trabalho questiona: que tipo de emprego é que se vem gerando nas zonas rurais? São empregos com sustentabilidade? Em que condições estes empregos se desenvolvem? São condições que favorecem ou não o trabalhador? Quais as implicações deste tipo de emprego para a pobreza? Positivas ou negativas?

São a estas questões que o presente trabalho procura responder, pretendendo trazer uma forma diferente de olhar para o emprego, o lado qualitativo.

1.2 Objectivos do Trabalho

- ***Geral:*** Conhecer as condições de emprego nas zonas rurais e suas implicações na pobreza.
- ***Específicos:***
 - (i) identificar o tipo de emprego que se vem desenvolvendo nas zonas rurais;
 - (ii) caracterizar o emprego dominante nas zonas rurais;
 - (iii) indicar as condições de trabalho nas zonas rurais; e
 - (iv) avaliar o quão decente são os empregos nessas zonas.

1.3 Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, usou-se uma mistura entre a metodologia qualitativa e quantitativa, o que levou a duas fases na elaboração do trabalho.

A primeira fase, coube a metodologia qualitativa, onde se fez uma pesquisa bibliográfica com base em artigos científicos, que abordam sobre o tema em estudo. Esta metodologia, está essencialmente assente em dois pilares:

- Primeiro pilar, a abordagem do emprego decente desenvolvida pela OIT. O uso dessa abordagem, prende-se ao facto desta conter na sua visão variáveis sociais e económicas, o que permite ver a questão do emprego de forma mais profunda. Com esta abordagem, procurou-se tirar uma espécie de fotografia da forma como o emprego poderia se desenvolver (neste caso, contendo os ideais do emprego decente) e de seguida fazer um paralelismo com as condições de emprego nas zonas rurais, para avaliar o quão decente estes são.
- Segundo pilar, revisão crítica da literatura sobre o emprego nas zonas rurais, onde procurou-se respostas para os problemas de pesquisa que foram levantados. O recurso a literatura sobre o emprego nas zonas rurais, permitiu posteriormente fazer uma comparação com a abordagem do emprego decente.

A segunda fase, a da metodologia quantitativa, foi o estudo de caso, baseado em entrevistas (conversas formais e informais com trabalhadores e alguns residentes) e inquéritos à açucareira de Xinavane e aos seus trabalhadores. Os inquéritos aos trabalhadores basearam-se na amostragem por tipicidade (ou intencional)¹. Foram inquiridos aleatoriamente 50 trabalhadores, dos quais 25 permanentes e 25 sazonais, onde se encontra uma mistura de trabalhadores da parte agrícola e os da indústria. Fazem parte destes trabalhadores os que se encontram nas categorias mais inferiores e na mediana. Os que ocupam cargos de direcção e de administração, responderam apenas ao inquérito dirigido a açucareira, não fazendo parte dos 50 trabalhadores inquiridos, pois, os trabalhadores dos cargos de direcção e administração, não reúnem as características da maior parte dos trabalhadores das zonas rurais.

¹ Amostragem por tipicidade consiste em seleccionar um subgrupo da população que seja representativo de toda a população e que consideramos que reúne as características típicas do universo que pretendemos analisar. (Mungambe, 2008).

Ainda na metodologia quantitativa, há que salientar que para analisar o emprego gerado por esta açucareira, foram tomados os dados numa base mensal, isto é, tomou-se os dados referentes ao emprego gerado no final de cada mês durante o período de 2005-2008. O recurso ao uso dos dados desagregados a nível mensal, prende-se ao facto de a açucareira ser caracterizada por uma grande flutuação dos empregos que gera por causa da sazonalidade destes, ou seja, enquanto uns ainda têm seus contratos em vigor outros já não os têm. Sendo assim, para efeitos de uma análise pormenorizada, os dados mensais são mais ilustrativos que os anuais (estes poderiam “esconder” as flutuações do emprego gerado pela açucareira). Estes dados, foram apresentados num gráfico elaborado no Microsoft Excel, o qual espelha a flutuação do emprego nesta açucareira durante o período em análise.

Ainda no âmbito do estudo de caso, para avaliar se os trabalhadores desta açucareira e seu agregado familiar com base no rendimento proveniente do emprego, em que estado se encontram em relação a linha de pobreza, abaixo ou acima dela. Para tal, fez-se uns cálculos, onde foram assumidos alguns pressupostos: (i) tomou-se apenas o rendimento por estes auferidos na açucareira, pelo que considerou-se a dependência do agregado familiar em relação a este rendimento, mantendo constante outras fontes de rendimento dado os obstáculos para a sua quantificação. Depois, calculou-se o consumo médio mensal por cada membro do agregado familiar, com base na ponderação dos salários nesta açucareira dividido pela média do agregado familiar vezes a frequência. De seguida, calculou-se o valor equivalente ao consumo médio diário por cada membro do agregado familiar, com base no consumo médio mensal dividido por 30 dias. Por fim, comparou-se o valor do consumo médio diário por cada membro do agregado familiar das duas categorias, com a linha total da pobreza definida para a zona de Maputo – Província rural, para posteriormente avaliar se estes encontram-se acima ou abaixo da linha da pobreza.

1.4 Estrutura do Trabalho

Este trabalho é constituído por seis capítulos. O presente capítulo é precedido pelos restantes cinco. O segundo capítulo faz o enquadramento teórico, onde com base na literatura (i) faz a contextualização da pobreza, definição e medição da pobreza; (ii) discute a questão do emprego nas zonas rurais vs redução da pobreza; (iii) define e

caracteriza o emprego decente, e apresenta os seus indicadores, os quais permitem avaliar o quão decente é um emprego; (iv) aborda o emprego decente como forma de redução da pobreza e (v) aborda sobre o problema dos empregos nas zonas rurais e sua sustentabilidade. O terceiro capítulo, dá uma perspectiva histórica do trabalho nas zonas rurais em Moçambique em dois períodos: (i) no período colonial e (ii) no período pós-independência. O quarto capítulo, emprego e condições de emprego nas zonas rurais, analisa: (i) o emprego nas zonas rurais e (ii) as condições de trabalho nessas zonas. O quinto capítulo, apresenta o estudo de caso da açucareira de Xinavane, para mostrar em termos práticos a discussão teórica dos capítulos anteriores. Neste capítulo, faz-se referência: (i) a estrutura da açucareira de Xinavane; (ii) ao emprego gerado pela açucareira e (iii) as condições de trabalho nesta açucareira. Por fim, têm-se o sexto capítulo, que faz a conclusão do trabalho.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Introdução

Este capítulo, refere-se ao enquadramento teórico do trabalho, e argumenta que (i) a criação de emprego como instrumento para redução da pobreza nas zonas rurais não pode ser vista apenas de forma quantitativa, na perspectiva de que mais emprego gera redução da pobreza, mas também qualitativamente, devendo se preocupar com aspectos como condições de trabalho, protecção social, segurança e estabilidade do trabalho e (ii) os empregos que se deviam criar tinham que ser compostos pelos indicadores do emprego decente. Para fazê-lo, usa-se como suporte teórico a abordagem do emprego decente, desenvolvida pela OIT. Assim, o capítulo faz uma revisão crítica da literatura que aborda sobre o emprego decente, procurando relacioná-lo com as discussões sobre o emprego nas zonas rurais e com a pobreza.

O capítulo encontra-se dividido em cinco partes: (i) contextualização da pobreza: definição e medição; (ii) emprego nas zonas rurais vs redução da pobreza; (iii) emprego decente e seus indicadores, onde se faz o enquadramento do emprego decente em termos de definição, objectivo, e destaca-se a ideia de alguns autores sobre o emprego decente como caminho para redução da pobreza; (iv) discute-se o emprego decente como forma de redução da pobreza e por último (v) o problema do emprego nas zonas rurais e sua sustentabilidade.

2.2 Contextualização da pobreza: definição e medição

“A pobreza é um fenómeno universal, com dimensões diferentes em cada país ou região, e com diferentes interpretações por parte de quem procura analisa-la, variando entre conceitos económicos, sociológicos e ainda percepções individuais sobre o que é ser pobre e quando é que uma pessoa realmente é pobre. O conceito de pobreza é muito controverso, pois este é um fenómeno multidimensional, pelo que não existe uma definição única e capaz de descrever todas as características a ela relacionadas” (Chiconela, 2004: 3).

Dada a natureza multidimensional do conceito pobreza, existem várias abordagens que procuram contextualizar a pobreza, onde cada uma olha para a pobreza na sua perspectiva. Assim, a pobreza pode ser definida pelas seguintes abordagens:

- **Monetária** – a característica essencial desta abordagem é a insuficiência de rendimentos para assegurar um mínimo de necessidades básicas. Nesta abordagem, usa-se uma linha da pobreza expressa em termos de custos monetários necessários para cobrir determinadas exigências consideradas mínimas para a sobrevivência. Assim, de acordo com esta abordagem, existe pobreza numa dada sociedade quando um ou mais indivíduos não atingem um nível de bem-estar económico que se supõe constituir um mínimo razoável segundo os padrões desta mesma sociedade. (Wuyts, 2004).
- **Capacidades** – a pobreza é vista como um fracasso para alcançar certas capacidades básicas mínimas, isto é, a falta de liberdades substantivas mínimas para funcionar dentro de uma sociedade. Esta abordagem crítica a abordagem monetária, argumentando que proveitos monetários constituem meios para atingir um fim e não um fim em si, e como consequência, a pobreza não deve ser medida em termos de falta de renda. A pobreza como privação de capacidade implica a incapacidade por parte de um indivíduo para garantir uma qualidade de vida minimamente adequada. (Ibidem).
- **Exclusão Social** – tem como ponto de partida os processos que geram privação dentro da sociedade. Para esta abordagem, pobreza como exclusão social não pode ser entendida como uma característica de um indivíduo ou até mesmo de um grupo, mas sim como um produto das relações sociais. (Ibidem).
- **Nutricional** – a essência da pobreza é não ser capaz de atingir as necessidades nutricionais básicas para garantir o sustento do organismo. A desnutrição é o aspecto mais evidente da pobreza. Esta abordagem utiliza medidas baseadas nos requerimentos nutricionais para construir uma linha de pobreza. (MPF, 1999).

De acordo com as várias abordagens da pobreza, pode-se notar que o rendimento e o consumo não são as únicas formas para avaliar a pobreza, outros aspectos sociais tais como a falta de poder, o isolamento, a vulnerabilidade e a exclusão social estão sendo

tomados em conta. Assim, a combinação de medidas monetárias e não-monetárias da pobreza (como estado nutricional, condições de habitação, saúde, educação) captura melhor as múltiplas dimensões de privação.

Todas as definições de pobreza têm algo em comum, o alcance de um padrão mínimo de subsistência na sociedade. Sendo assim, define-se uma linha da pobreza em termos monetários com os mínimos necessários para garantir a subsistência na sociedade. Esta linha de pobreza varia de região para região, de acordo com as condições de cada uma delas.

Em Moçambique, para medir a pobreza foram definidas treze linhas de pobreza, baseadas em treze domínios espaciais, com linhas da pobreza para o meio rural e urbano. No anexo 7, Tabela 8 encontram-se apresentadas as treze linhas da pobreza total² para Moçambique (expressa em meticais por pessoa e por dia). É com base nessa linha que se define o estado de pobreza. Onde, as pessoas que tiverem um nível de consumo por dia abaixo dessa linha, são consideradas no estado de pobreza, e os que se encontram acima delas, não são consideradas no estado de pobreza.

Apesar da sua limitação, isto é, dela não captar muitas outras variáveis, a abordagem monetária e a sua forma de medir a pobreza, foram considerados como ferramentas de análise mais destacadas neste trabalho, não significando que as outras abordagens não tenham sido tomadas em conta, como são o caso da abordagem de exclusão social e das capacidades.

2.3 Emprego nas zonas rurais vs redução da pobreza

No debate sobre o emprego nas zonas rurais como forma de reduzir a pobreza, a criação e o posterior desenvolvimento de agro-indústrias tem sido equacionado como sendo uma das vias para a redução da pobreza, principalmente se for trabalho intensivo³. Por exemplo, a indústria açucareira em Moçambique é sempre citada como geradora de

² Linha de pobreza total é tido como o custo de satisfazer as necessidades básicas mínimas por dia para poder sobreviver. Esta é o resultado da soma de uma linha alimentar e linha não alimentar. Linha de pobreza alimentar é o custo de satisfazer as necessidades alimentares em termos de calorias tendo como referência o cabaz alimentar de um pobre. Linha de pobreza não – alimentar é o custo mínimo de satisfação das necessidades não alimentares básicas. (Chiconela, 2004).

³ Esta visão pode ser suportada por evidências empíricas de alguns países, que mostram que expandindo o trabalho remunerado reduz-se a incidência da pobreza, pois o emprego proporciona o rendimento para as famílias. (Islam, 2004, citado por Nkurunziza, 2006).

grande número de postos de trabalho nas zonas rurais. (Jaffee and Morton, 1995; Dorward et al., 1998; Delgado 1999, citado por Benfica et al., 2002; CEPAGRI, 2004).

Apesar dos empregos criados nas zonas rurais, segundo ILO e FAO (2008), estes não garantem níveis de rendimentos e de subsistência sustentáveis, os trabalhadores estão entre os mais vulneráveis socialmente, os menos organizados em sindicatos, os menos propensos a ter igualdade nas oportunidades de emprego, de remuneração, acesso a formas eficazes de segurança social e de protecção, trabalhando sob más condições sanitárias, de segurança e ambientais.

Ainda, segundo O'Laughlin (2009), no seu estudo sobre segurança social rural no sul de Moçambique e os limites do modelo das associações, o caso do distrito de Chokwé, defende que tem havido nos últimos tempos uma informalização da força de trabalho, dominando os empregos sazonais, o que leva a ausência dos benefícios sociais do trabalho. Estas condições de trabalho pouco ajudam as famílias a sair do risco de cair na pobreza.

Segundo Castel-Branco (2008), cujas ideias convergem com as defendidas pela OIT, não se deve prestar atenção apenas ao emprego, mas também a qualidade e as condições do mesmo, nomeadamente aos níveis salariais, as condições de higiene e a segurança no trabalho, aos pacotes sociais de apoio aos trabalhadores e as suas famílias, a formação profissional, aos acordos colectivos de trabalho, e o respeito pelo direito associativo dos trabalhadores, em defesa dos seus interesses, por via sindical ou outra via legalmente permitida.

Portanto, a ideia de geração de emprego como um caminho para a redução da pobreza gera alguma controvérsia, havendo assim duas formas diferentes de pensar: (i) numa perspectiva mais quantitativa, isto é, do ponto de vista do número de postos de trabalho criados, defende-se que o mais importante é gerar emprego, pelo que se estabelece uma relação directa entre a criação de emprego e a redução da pobreza e (ii) na perspectiva da OIT, que adopta a abordagem do emprego decente, a quantidade do emprego criado é vista como não sendo condição suficiente para a redução da pobreza, sendo necessário que este seja acompanhado por melhorias nas condições de trabalho, na protecção social, ou seja, na qualidade do emprego.

Assim, a perspectiva quantitativa do emprego pode-se enquadrar e tornar-se operacional nas zonas rurais, se olhar para a pobreza do ponto de vista monetário, como a falta de rendimentos para adquirir bens e serviços básicos, para satisfazer as necessidades de um certo agregado familiar (Grinspun, 2004) e para a definição de trabalhador pobre adoptada pelo Banco Mundial, aqueles cujos rendimentos são insuficientes para manter-se acima da linha da pobreza (Dewan e Peek, 2007), pois a criação de emprego, por exemplo pelo desenvolvimento de agro-indústrias, pode contribuir para a redução da pobreza através da geração de rendimentos provenientes do trabalho para as famílias, o que pode reduzir as suas privações.

Mas, esta perspectiva não é abrangente, pois não capta questões como a protecção social⁴ e outras privações que os trabalhadores estão sujeitos. Assim, não parece ser racional olhar para a pobreza apenas do lado monetário, uma vez que, não é apenas o rendimento proveniente do emprego que contribui para a sua redução. Algumas variáveis sociais como acesso a protecção social, segurança no trabalho, saúde, educação, condições de habitação também desempenham um papel importante. (Grinspun, 2004).

2.4 Emprego Decente e Indicadores

Neste ponto, dar-se-á a conhecer o conceito de emprego decente e os seus indicadores, de acordo com a abordagem da Organização Internacional do Trabalho e outros autores que também corroboram com a mesma linha de pensamento.

2.4.1 Emprego decente

Segundo ILO (2008) e Célestin (2002), é visto como sendo aquele que garante igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, bem como boas perspectivas em termos de desenvolvimento pessoal e inclusão social, incluindo a liberdade dos trabalhadores expressarem suas preocupações, organizarem-se e

⁴ A protecção social envolve duas dimensões importantes, (i) a protecção social como direito a oportunidades, englobando oportunidades e direitos reconhecidos a todos os cidadãos e (ii) envolve o conjunto de mecanismos desenvolvidos para evitar, prevenir, amenizar ou mitigar riscos e rupturas na segurança económica e social dos cidadãos, isto é, segurança social no trabalho, previdência social, seguro de saúde, seguro contra todos os riscos, entre outros. Convencionalmente, quando se fala de protecção social, refere-se a mecanismos de protecção do indivíduo, quer no trabalho (segurança e seguro de trabalho), quer em condições de risco e debilidade pessoal, por motivos de doença, deficiência ou velhice. (Francisco e Paulo, 2006).

participarem em decisões que afectam as suas vidas. Também é tido como um emprego produtivo, com condições de trabalho seguras, remunerações adequadas e protecção social para os trabalhadores e suas famílias.

Autores como, Anker et al. (2002), defendem que uma das preocupações do emprego decente é com os mais pobres e vulneráveis, isto porque estes têm o emprego como seu principal activo de subsistência, da mesma forma que Nkurunziza (2006), que olha para este como uma das principais vias para sair da pobreza, e para Rodgers (2002), o objectivo deste tipo de emprego é melhorar as condições de vida dos trabalhadores, promovendo a qualidade do emprego, uma vez que este permite aos trabalhadores e suas famílias viverem com dignidade.

A abordagem do emprego decente não engloba qualquer tipo de emprego, como é o caso do emprego temporário ou sazonal, que segundo Johan & Jomo (2008) e O'Laughlin (2009), estão a tornar-se dominantes em muitas economias, com os argumentos neo-liberais de flexibilidade do mercado de trabalho ganhando mais espaço, o que debilita o direito dos trabalhadores e cria mais insegurança sobre a sustentabilidade do emprego.

2.4.2 Indicadores do emprego decente⁵

Ajudam na avaliação da decência do emprego, pois este termo, carrega consigo uma certa subjectividade, dada a heterogeniedade das sociedades que tendem a desenvolver suas próprias normas de decência. Isto torna difícil avaliar quão decente é o emprego criado. Porém, para minimizar esta subjectividade destacam-se os seguintes indicadores: (i) oportunidades de emprego, (ii) remuneração adequada, (iii) horas dignas de trabalho, (iv) estabilidade e segurança do emprego, (v) protecção social, (vi) diálogo social e relações laborais e (vii) condições de trabalho.

(i) Oportunidade de emprego

O emprego decente implica a existência de igualdade de oportunidades para todos os que estão disponíveis para trabalhar, sem discriminação entre homens e mulheres no

⁵ Baseado em Anker et al. (2002); Ghai (2002); Célestin (2002); Ghai (2003); Ghai (2005); ILO (2008); Saget (2001). Estes indicadores reflectem as ideias da OIT, instituição que começou a defender a qualidade dos empregos criados, isto é o emprego decente.

acesso ao trabalho e no próprio posto de trabalho. Para avaliar a decência do emprego com base neste indicador, é racional olhar para a participação da força de trabalho de ambos sexos e as diferenças salariais para o mesmo tipo de trabalho.

Este indicador apresenta uma certa limitação, por causa da segmentação do mercado de trabalho em função do género, que reduz as oportunidades de emprego, sobretudo para as mulheres, o que torna difícil avaliar o quão decente é um emprego com base neste indicador.

(ii) Remunerações adequadas

Este indicador pode ser medido por meio de formas de pagamento aos trabalhadores, e também através das horas de duração do trabalho. Por exemplo, nos casos em que a remuneração é determinada em função de um certo volume de trabalho durante um certo tempo, trabalha-se excessivas horas para atingir uma certa remuneração, por forma a conseguir sustentar a si próprio e suas famílias.

O uso deste indicador para avaliar a decência do emprego é limitado, pois a definição de remuneração adequada é subjectiva e de difícil definição. Na visão neoclássica a remuneração do trabalho é determinada de acordo com a produtividade do factor trabalho.

Dada a subjectividade deste indicador, uma das formas usadas para assegurar a remuneração adequada, é definindo um salário mínimo, onde os empregadores não podem pagar abaixo dela e as horas de trabalho devem também reflectir a remuneração.

(iii) Horas dignas de trabalho

Excessivas horas de trabalho são uma ameaça para a saúde física e mental dos trabalhadores, pelo que não faz parte do emprego decente. Para avaliar a decência do emprego com base neste indicador, é necessário olhar para a proporção de trabalhadores com excessivas horas de trabalho. O limiar das horas dignas de trabalho está definido em oito horas de trabalho diárias.

(iv) Estabilidade e segurança do trabalho

Este indicador pode ser visto em duas perspectivas, nomeadamente a estabilidade e a segurança do trabalho. A estabilidade do trabalho, refere-se a probabilidade de um dado

emprego não terminar dentro de um curto período de tempo (um ano por exemplo). Com base neste indicador, os empregos de curta duração, como por exemplo os temporários ou sazonais, não são considerados decentes, por não garantirem estabilidade e segurança ao trabalhador, pois, rompem o processo de acumulação dos rendimentos adquiridos por parte do trabalhador, limitam o acesso aos benefícios sociais do emprego.

O segundo, refere-se a segurança no trabalho que está relacionada com a protecção contra acidentes de trabalho.

Para avaliar o emprego com base nestes indicadores, pode-se olhar para os casos de acidentes de trabalho e o horizonte temporal dos empregos criados, isto é, em termos da sua duração.

(v) Protecção social

A protecção social, engloba os benefícios ao trabalhador durante o período da reforma, assistência em caso de acidentes de trabalho, por exemplo nos casos de acidentes de invalidez. Com base neste indicador, um emprego tem que ter a capacidade de proteger os trabalhadores. Sendo assim, a protecção social constitui uma forma de segurança para os trabalhadores.

(vi) Diálogo social e relações laborais

Uma dimensão importante do emprego decente é o grau em que os trabalhadores possam exprimir sobre si, assuntos relacionados com o trabalho e participar na definição das suas condições de trabalho. A observância destes indicadores, pode criar condições para uma interacção directa entre o trabalhador e o empregador. Todavia, estas condições podem também ser canalizadas através da existência de representantes escolhidos colectivamente.

A capacidade dos trabalhadores organizarem-se livremente, para defender seus interesses nas negociações colectivas com a entidade empregadora, é um elemento fulcral para o diálogo social e a existência de boas relações laborais. O diálogo social requer a participação e liberdade de associação. Este diálogo social é também, um meio para a resolução de conflitos laborais.

Para avaliar a decência do emprego com base neste indicador é necessário ver até que ponto os trabalhadores entre si, e estes com os empregadores, tem a liberdade de discutir questões sobre as suas condições de trabalho, e acima de tudo, até que ponto as ideias discutidas se reflectem em termos de melhorias das suas condições de trabalho.

(vii) Condições de trabalho

Condições de trabalho, constitui um indicador importante do emprego decente, pois engloba outros indicadores do emprego decente como: oportunidades de emprego; remuneração adequada; horas dignas de trabalho; estabilidade e segurança do emprego; protecção social; diálogo social e relações laborais.

2.5 Emprego decente como forma de reduzir a pobreza

Segundo Rodgers (2002), existe uma ligação entre o emprego decente e a pobreza, pelo que um défice deste tem implicações negativas na redução da pobreza, devido a privação ou exclusão a que os trabalhadores possam estar sujeitos.

A redução da pobreza pela via do emprego decente é muito discutida, principalmente nos países em vias de desenvolvimento onde existe um elevado nível de desemprego. Esta discussão levanta algumas questões: (i) Como decidir o que é decente e (ii) como gerar emprego decente dado os diferentes níveis e processos de desenvolvimento de cada país. (Rodgers, 2002),

Em volta dessas questões, alguns autores defendem que em países com elevados níveis de desemprego e pobreza, é necessário preocupar-se, primeiramente, com criação de emprego e a remuneração proveniente deste, preocupando-se mais tarde com o decente. Estes argumentos são sustentados na ideia de que empregos são sempre difíceis de obter, e quanto mais adjectivos são colocados (exemplo, decente) mas difícil se torna, pelo que o mais importante é ter o maior número possível de pessoas trabalhando.

Rodgers (2002) e DFID (2004), argumentam que os países em vias de desenvolvimento são susceptíveis de continuar a ter um *trade-off* entre a geração do emprego decente e a criação de emprego, dado o baixo nível de educação e conhecimento, uma vez que estes países têm como objectivo central a criação de emprego.

Um dos argumentos à favor da necessidade imediata do emprego é derivado pelos custos associados aos princípios do emprego decente. Se este custo não for absorvido por uma produtividade mais elevada, haverá um efeito negativo sobre o emprego. Então, para as zonas rurais onde a produtividade é muito reduzida, preocupar-se com o emprego decente pode contribuir para a redução do nível de emprego. (Rodgers, 2002).

Este argumento não parece ser racional, se tiver em conta que melhores condições de trabalho podem contribuir grandemente para elevar a produtividade, mesmo nas zonas rurais.

Numa visão de curto prazo e não sustentável, se o nível de desemprego é tão elevado e as pessoas não dispõem de rendimentos para adquirir bens e serviços, então qualquer emprego acaba sendo melhor do que nenhum. Estas situações fazem com que os empregos criados não tenham dinâmicas de desenvolvimento, originando empregos temporários, com características precárias e não sustentáveis.

2.6 Problemas do emprego nas zonas rurais e sua sustentabilidade

O emprego assalariado rural encontra-se nas grandes plantações, principalmente de cana-de-açúcar, algodão, tabaco entre outros produtos agrícolas, e em outras áreas não-agrícolas como a indústria, o comércio e a construção. (de Vletter, 1996b, citado por UNESCO e ILO, 1997).

Tomando a abordagem do emprego decente como referência para analisar o emprego e as condições do mesmo, pode-se visualizar inúmeros problemas do emprego nessas zonas. O domínio da sazonalidade e precariedade dos empregos exercidos de maneira informal e irregular, com poucos empregos sujeitos a um contrato de trabalho e com remuneração abaixo do custo de subsistência, sem protecção social (uma vez que muitos trabalhadores não estão inscritos no sistema de segurança social), expõem os trabalhadores a riscos.

O emprego no sentido amplo tem de ser sustentável⁶, não só a curto e médio prazo, mas principalmente a longo prazo, devendo oferecer estabilidade e segurança aos

⁶ Sustentabilidade do emprego pode ser vista como sendo a capacidade de um certo emprego gerar segurança e estabilidade ao trabalhador, não podendo ser um emprego que lhe mantém empregue apenas por um curto período de tempo. Um emprego sustentável tem de proteger os trabalhadores e o seu agregado familiar.

trabalhadores. Então, com os problemas acima descritos dominando o emprego nas zonas rurais, estes tornam-se sustentáveis apenas a curto e médio prazo e não a longo prazo.

A curto e médio prazo, o emprego sazonal pode ser sustentável, se se tomar como pressuposto a ausência de emprego e de rendimentos para a subsistência, estando as famílias a passar fome e sofrendo várias privações. Com o emprego, estas passam a dispor de um certo rendimento para realizar as suas despesas, podendo assim reduzir certas privações.

A longo prazo, estes tendem a não ser sustentáveis por duas razões:

Primeira razão, instabilidade e irregularidade nos empregos, podendo o trabalhador estar empregue num determinado período de tempo com contrato de um mês ou mais e posteriormente não conseguir renová-lo, ou por vezes, passando toda a sua idade activa renovando seus contratos, sem nunca conseguir atingir o grau de trabalhador permanente. (Cramer, et al., 1997).

Segunda razão, ausência de protecção social aos trabalhadores, vista por dois ângulos: (i) não encontram-se inscritos no sistema de segurança social, acabando por não beneficiar de uma pensão de velhice, seguros de acidente de trabalho e outros serviços que a segurança social oferece, que contribui para reduzir a vulnerabilidade dos trabalhadores e sua família e (ii) rendimentos abaixo do custo de subsistência que não os permite gerar outras fontes de rendimento, investir na pequena produção e fazer poupança. Consequentemente, não gera dinâmicas de desenvolvimento que um emprego, tem de criar se quiser quebrar o ciclo de pobreza. (Massingarella et al., 2005; Antunes, 2008).

Assim, o desenvolvimento deste tipo de emprego por mais que permita a criação de rendimentos, não é sustentável e muito menos seguro para os trabalhadores, pois contribui pouco para quebrar o ciclo de pobreza a que estes estão associados.

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVA HISTÓRICA DO TRABALHO NAS ZONAS RURAIS EM MOÇAMBIQUE

3.1 Introdução

Este capítulo tem por objectivo analisar a história do trabalho nas zonas rurais em Moçambique, de forma a entender as estruturas sociais e económicas herdadas do capitalismo colonial. Argumenta-se neste capítulo, por um lado, que a história do trabalho nas zonas rurais no período colonial, está ligado ao padrão de acumulação de capital montado e desenvolvido pelo capitalismo colonial, que como consequência resultou numa força de trabalho não qualificada, instável e irregular. E, por outro lado, argumenta-se que o padrão de acumulação de capital dominante no período passado ainda se faz sentir nas zonas rurais, onde o desemprego e a dependência em relação ao trabalho assalariado faz criar condições para a sua prevalência.

Para melhor contextualizar e entender a história do trabalho nas zonas rurais, far-se-á uma divisão temporal da história de Moçambique em dois períodos: (i) o período colonial e (ii) o período pós-independência. A relevância em adoptar esta metodologia prende-se ao facto de grande parte da estrutura económica e social do trabalho nas zonas rurais derivar do processo de colonização.

3.2 Trabalho rural no período colonial

A história do trabalho rural neste período⁷, encontra-se ligada ao padrão de acumulação de capital montado e desenvolvido pelo capitalismo colonial. Um padrão de acumulação de capital assente na exploração do campesinato e da sua força de trabalho. Com este padrão de acumulação de capital, o campesinato foi integrado no mercado capitalista de trabalho e de mercadorias, de modo a: (i) produzir matéria-prima barata para a exportação (como o caju, o algodão e a copra) e também para a indústria virada para o

⁷ O desenvolvimento do trabalho rural neste período esteve sempre fora do controlo dos nativos, sendo dominado pelos interesses do capitalismo colonial: (i) acesso a mão-de-obra barata, para tornar seus investimentos rentáveis e (ii) acesso matéria-prima barata. (Mosca, 1996). A conjugação dos seus interesses e as opressões, fizeram com que os nativos mudassem seus comportamentos económicos (em relação ao trabalho e fontes de rendimento) para acomodar as exigências e interesses do capitalismo-colonial, o que em parte, acabou afectando a estrutura económica e social do trabalho nessas zonas, que em forma de herança deste período se faz sentir actualmente.

mercado doméstico (como as oleaginosas e os cereais); (ii) produzir alimentos baratos para o abastecimento dos trabalhadores assalariados nas plantações, nas pequenas e médias empresas agrárias, nas construções e (iii) fornecer força de trabalho para as empresas capitalistas, a baixo custo para o capital, e ao trabalho migratório para as minas da África do Sul. (Castel-Branco, 1994a). Assim, a história do trabalho neste período, começa a desenhar-se logo após a Conferência de Berlim (em 1885) e durante o processo de ocupação efectiva, com o território moçambicano, tendo sofrido uma profunda divisão para acomodar os objectivos do capitalismo colonial, sem com isso respeitar a estrutura económica e social existente. Contudo, Moçambique acabou sendo dividido em três zonas:

- A zona Sul, transformou-se num reservatório de mão-de-obra para o capital mineiro na África do Sul, com a consolidação e a concentração da indústria mineira, e a consequente formação duma organização monopolística, a WENELA, encarregue na contratação de trabalhadores. O trabalho nas minas, apesar de ser forçado, de baixa remuneração, inseguro e em condições não favoráveis, passou a constituir importante fonte de rendimento e sustento para as famílias rurais (principalmente para a região Sul), pois gerava rendimentos (monetários) superiores aos da agricultura. Isso permitia às famílias rurais diversificar suas fontes de rendimento através de transferências monetárias ou em espécie para o financiamento de algumas actividades agrícolas e não agrícolas. (O’Laughlin, 2002; Head, 1980 e Wuyts, 1891 citado por Mosca, 1996; Castel-Branco, 1994; Wuyts, 1978; O’Laughlin, 1981).
- A zona Centro e Norte, foram marcadas, numa primeira fase, pelo domínio das companhias arrendatárias, e mais tarde pela administração directa portuguesa. O trabalho nessas zonas esteve concentrado (i) na produção de culturas de rendimento em grandes plantações⁸, e (ii) na produção de produtos alimentares, com vista a abastecer o mercado doméstico. Este processo, transformou o campesinato⁹ e a sua força de trabalho em semi-proletariado agrícola,

⁸ As plantações eram grandes empresas de monocultura, onde se encontrava o campesinato trabalhando numa base regular ou sazonal. Estas plantações eram controladas pelo capital estrangeiro, principalmente o não-português, e especializadas na produção de culturas como açúcar, chá, copra, sisal e cajú, voltados para a exportação e para o abastecimento das indústrias nacionais e estrangeiras. (Wuyts, 1978).

⁹ O campesinato, para além de produzir numa maior ou menor extensão as suas necessidades em alimentação, foi integrado na economia de mercado como fornecedor de força de trabalho para as

integrando-o no mercado por via da venda da sua força de trabalho para as plantações. (O'Laughlin, 2002; Head, 1980 e Wuyts, 1891 citado por Mosca, 1996; Castel-Branco, 1994a).

Pela descrição acima dada, nota-se que o principal objectivo do capitalismo colonial era a transformação, integração, subordinação e exploração do campesinato no mercado capitalista, de forma a tornar seus investimentos rentáveis¹⁰. Isso tornou o campesinato dependente do trabalho assalariado e da produção para o mercado, mesmo em condições desfavoráveis. O trabalho assalariado e a produção mercantil, passaram a constituir principais fontes de rendimento monetário e de poupança para a grande massa de camponeses pobres e médios. Além disso, o rendimento do trabalho assalariado e da produção mercantil tornaram-se as bases fundamentais do investimento na produção familiar. (O'Laughlin 1981, Wuyts 1981a, 1981b e 1991c, Castel-Branco 1983a, 1983b, 1989, 1990 e 1994b citado por Castel-Branco, 1995).

O capitalismo colonial para assegurar a disposição de mão-de-obra sempre que quisesse, tornou o campesinato dependente do trabalho assalariado e da produção mercantil, isto é, um campesinato subordinado ao mercado capitalista, mantendo o campesinato ligado a terra. A ligação do campesinato a terra, foi garantida pelo Estado colonial como forma de reproduzir uma força de trabalho migrante, disponível e barata. Migrante, porque a sua família, a casa e a terra eram o seu refúgio, quando o contrato de trabalho terminasse. Disponível, porque a produção familiar passou a depender do salário, o qual passou a ser a principal fonte de rendimento do campesinato. Barata, porque a produção familiar alimentava os trabalhadores e seus filhos (futuros trabalhadores) e suportava os custos dos períodos sem emprego. (Castel-Branco, 1994a).

plantações, machambas e outros postos de trabalho ou como pequenos produtores de mercadorias ou, na maior parte dos casos, uma combinação de ambos. (Ibidem).

¹⁰ Por exemplo, as indústrias portuguesas de têxteis (em Portugal) e do descasque do cajú (em Moçambique), as pequenas e médias empresas agrícolas, os caminhos-de-ferro, bem como as companhias envolvidas na comercialização do cajú e do algodão, derivavam grande parte da sua rentabilidade do baixo preço pago pelas culturas de exportação ao campesinato moçambicano. Estas actividades eram todas baseadas no uso intensivo de força de trabalho, e a sua rentabilidade dependia também dos baixos salários pagos aos trabalhadores. (Castel-Branco, 1994a).

Assim, o padrão de acumulação de capital montado e desenvolvido pelo capitalismo colonial teve e continua tendo, um impacto nas capacidades e problemas de desenvolvimento, pois, não estimula o progresso técnico e tecnológico porque o sector capitalista tem à sua disposição uma força de trabalho assalariada barata (paga abaixo do seu custo social de reprodução) e relativamente abundante (porque depende do salário), e o campesinato não acumula o suficiente para investir em novas formas, métodos e técnicas de produção (O'Laughlin 1981, Wuyts 1981a e 1989, Mackintosh 1983, Castel-Branco 1994b citado por Castel-Branco, 1995).

3.3 Trabalho rural no período pós-independência

O período anterior não encorajou o desenvolvimento de uma força de trabalho rural estável, qualificada, competitiva, organizada, com poder de negociação e com estímulo para aumentar a produtividade, pois o capitalismo colonial com recurso ao chibalo¹¹, impôs o subdesenvolvimento nessas zonas, como forma de manter uma mão-de-obra migrante e barata, para assegurar a reprodução da força de trabalho. (Castel-Branco, 1994; CEA, 1979).

No período pós-independência, era notável a formação de uma classe dependente do trabalho assalariado¹² e com multiplicidade de ocupações, principalmente para o campesinato pobre, que necessitava de recursos para financiar a sua produção agrícola ou a expansão da mesma (como por exemplo, a compra de sementes, contratação de trabalhadores e compra de charruas). A guerra dos 16 anos provocou uma interrupção das actividades económicas, o que contribuiu para a redução da dependência em relação à agricultura como principal fonte de rendimento da população rural. Hoje, embora a

¹¹ Que significa trabalho forçado, era caracterizado por: (i) o camponês não decidir sobre a venda da sua força de trabalho; (ii) o recrutamento ser compulsivo e entrar em conflito com a organização e desenvolvimento da produção familiar e (iii) a remuneração ser muito baixa, fixa e fora do controlo do camponês, pelo que não funcionava como estímulo para o seu trabalho. O chibalo representava e gerava subdesenvolvimento pelo seu impacto no processo de acumulação do campesinato e na estrutura e eficácia do capital. O fácil acesso a uma força de trabalho extremamente barata gerou desinteresse, por parte do capital, em modernizar o processo de trabalho e em elevar a produtividade. (Castel-Branco, 1994).

¹² O trabalho assalariado e a produção para o mercado passaram a constituir as principais fontes de rendimento monetário e de poupança para a grande massa de camponeses pobres e médios. O rendimento do trabalho assalariado e da produção mercantil tornaram-se as bases fundamentais do investimento na produção familiar. (O'Laughlin 1981, Wuyts 1981a, 1981b e 1991c, Castel-Branco 1983a, 1983b, 1989, 1990 e 1994b; citado por Castel-Branco, 1994a).

agricultura continue a ser uma importante fonte de rendimento para muitos agregados familiares rurais, a dependência em relação ao mercado de trabalho vai se alargando. (Castel-Branco, 1983a; PNUD, 1999). A sua dependência relativamente ao trabalho assalariado decorria da necessidade de rendimentos monetários para financiar o seu consumo, as obrigações para com o Estado (ex., imposto), e a aquisição de factores de produção. O trabalho fora da produção familiar era a mais importante fonte de rendimento do campesinato. Por isso, a expansão da sua capacidade produtiva dependia da sua participação no mercado de bens e de trabalho. (Castel-Branco, 1994).

Essa dependência faz e contínua fazendo com que o campesinato ofereça sua força de trabalho ao sector empresarial a um salário abaixo da sua subsistência, produzindo matérias-primas para a indústria, como por exemplo, os camponeses que trabalham nas plantações de cana-de-açúcar para as açucareiras. O trabalho migratório para África do Sul continuou (e continua) a constituir uma estratégia de sobrevivência, quer para o financiamento de actividades agrícolas e não-agrícolas, por parte das famílias, principalmente, na zona Sul. (Wuyts 1981a, 1981c e 1989, O'Laughlin 1981, Mackintosh 1983, Castel-Branco 1983a, 1989 e 1994b, citado por Castel-Branco, 1994).

O padrão de acumulação de capital dominante no período colonial acabou sendo herdado no período pós-independência, pois, actualmente, a acumulação de capital na agricultura, indústria, comércio dependem da exploração do campesinato médio e pobre e das outras pessoas que se oferecem para trabalhar mesmo abaixo do custo para a sua subsistência. Por exemplo, a rentabilidade da indústria de descasque e o semi-processamento da castanha de cajú dependem de dois factores fundamentais: baixo preço pago pela castanha ao camponês, pagamento de baixos salários e a protecção da indústria nacional contra a exportação da castanha em bruto para o mercado mundial onde o preço é mais alto. (Castel-Branco, 1994).

A existência de uma mão-de-obra rural dependente do trabalho assalariado para o seu sustento faz com que este padrão de acumulação encontra condições suficientes para o seu desenvolvimento. Isso gera dois efeitos que podem ser negativos: (i) faz com que os empregadores não tenham nenhum incentivo para melhorar as condições de emprego, pois têm a sua disposição uma força de trabalho barata (porque depende grandemente do salário para viver) e (ii) a força de trabalho barata impede a criação e desenvolvimento de capacidades tecnológicas e institucionais, fazendo com que os

empregadores mantenham um grande número de trabalhadores num regime sazonal, por mais que tenha implicações na produtividade.

Contudo, se este padrão de acumulação permanecer, e tomando como exemplo o sector empresarial agrícola, se a sua rentabilidade continuar dependente do emprego massivo de trabalhadores sazonais e dos baixos salários pagos aos trabalhadores, tanto os empregadores assim como os trabalhadores (ou o campesinato), estarão num ponto de estagnação, pois:

- Para os trabalhadores, será difícil garantir a acumulação de rendimentos suficientes para sustentar a si e seu agregado familiar, assim como para diversificar suas fontes de rendimento, através do financiamento para outras actividades, como por exemplo o comércio;
- Para o campesinato (que se transforma em trabalhador assalariado para financiar a sua produção agrícola), será muito difícil transformar e desenvolver a produção familiar, se estes continuarem a se assalariarem nas empresas, por baixos salários e por curtos períodos de tempo, não conseguirão, simultaneamente, garantir ainda a produção familiar e a desenvolver formas alternativas de produção (ex., acumular para investir em novas tecnologias e em associações). (Castel-Branco, 1994; Castel-Branco, 1995).
- Para os empregadores, não irão investir em novas tecnologias e melhores condições de trabalho para aumentar a produtividade, o que a longo prazo pode resultar em rendimentos decrescentes na sua produção, e conseqüentemente nos seus lucros.

CAPÍTULO 4

EMPREGO E CONDIÇÕES DE EMPREGO NAS ZONAS RURAIS DE MOÇAMBIQUE

4.1 Introdução

O presente capítulo analisa a componente emprego e condições dos mesmos nas zonas rurais de Moçambique, argumentando que os empregos nessas zonas são maioritariamente sazonais, com condições de trabalho não favoráveis ao trabalhador, criando poucas dinâmicas de desenvolvimento.

Este capítulo encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte, concentra-se nos empregos nas zonas rurais, tendo como principal objectivo dar a conhecer o tipo de emprego que se gera nas zonas rurais de Moçambique e dentre estes qual é o dominante. O conhecimento do tipo de emprego dominante nas zonas rurais, visa facilitar o entendimento das implicações do seu desenvolvimento, olhando para os pontos fortes e fracos destes. Este ponto inicia com uma descrição (geral) da tipologia de emprego, o permanente e o sazonal, e de seguida, o tipo de emprego dominante nas zonas rurais, que é o sazonal. Por último, derivam-se três razões que justificam o domínio do emprego sazonal nessas zonas e implicações do seu desenvolvimento na pobreza. A segunda parte, discute as condições de trabalho nas zonas rurais.

4.2 Emprego nas zonas rurais

O emprego do ponto de vista da tipologia pode ser classificado em: (i) temporário ou sazonal (também chamado por emprego precário) e (ii) permanente ou efectivo. Segundo Antunes (2008), emprego temporário ou sazonal é aquele cujo contrato de trabalho tem uma duração previamente conhecida e determinada. Este tipo de emprego muitas vezes não vai de acordo com o conceito e os indicadores do emprego decente descritos no capítulo II, e nem sempre está sujeito a um contrato de trabalho¹³. Emprego permanente é aquele que é exercido por um período indeterminado, muitas vezes (ou quase sempre) associado a um contrato de trabalho.

¹³ Principalmente nas zonas rurais, onde grande parte das actividades são exercidas de forma desregulamentada. Em caso de existirem contratos de trabalho, esses são precários (menos de um ano).

Nas zonas rurais, os empregos são predominantemente sazonais ou temporários¹⁴. O domínio da sazonalidade nessas zonas pode-se derivar de três razões:

Primeira razão, a existência de um campesinato pobre (tendo a agricultura como uma das actividades que assegura a sua sobrevivência), que pela falta de recursos para investir na sua produção agrícola recorrem ao trabalho sazonal, como fonte para o financiamento desta actividade. Esta evidência pode ser fundamentada com base numa história real do campesinato da localidade de Machubo em 1983, histórias estas que actualmente se manifestam nas zonas rurais:

“... Na Localidade de Machubo os camponeses médios (que constituem uma percentagem muito grande do campesinato local) têm em regra 3 a 6 ha no machongo e 1 a 3 ha no sequeiro. As famílias de camponeses médios, com recursos para ampliar a sua produção para o mercado, necessitam de recrutar força de trabalho, sobretudo sazonal para as sachas e colheitas. Mas para consolidar e ampliar a actual escala de produção implica recrutar força de trabalho, não só sazonal mas também permanente. Uma parte fundamental da força de trabalho recrutada pelos camponeses médios vêm das camadas mais pobres do campesinato, que não podem produzir no sequeiro por causa da seca, e que não podem consolidar-se no machongo, porque não têm meios de produção para tal. Assim, estas famílias mas pobres necessitam de recorrer ao trabalho sazonal para: (i) conseguir alimentos em troca do trabalho, para garantirem a sua reserva alimentar; (ii) conseguirem, em troca do trabalho, dinheiro para alugar juntas de bois para as lavouras e gradagens ou a prestação do serviço das juntas como pagamento; (iii) conseguir de acumulação para reinvestir na produção (compra de sementes e de outros factores e instrumentos de produção)”. (Castel-Branco, 1983a).

Segunda razão, poucas fontes de emprego formal assalariado e associado a um certo poder de monopólio por parte de algumas empresas na contratação de trabalhadores,

¹⁴ Num estudo feito nas zonas rurais das Províncias de Nampula, Zambézia e Manica, constatou-se que as pequenas explorações agrícolas detinham cerca de 3% da mão-de-obra como permanente e 31% como sazonal, e as médias explorações agrícolas com 18% como permanente e 42% como sazonais. Estes resultados indicam que na realidade a incidência do emprego assalariado agrícola temporário é significativa a todos os efeitos. (Massingarella et al., 2005).

com uma política de uso de mão-de-obra barata para a minimização dos custos, acabando estes por optar pelos empregos sazonais. Estas evidências podem ser sustentadas com base no estudo de Massingarella et al., (2005), onde com base em entrevistas com um grupo seleccionado de empregadores nas zonas rurais, muitos destes diziam que preferem optar pela mão-de-obra sazonal, por representar um menor custo, principalmente em relação ao cumprimento da Lei laboral. Ainda segundo estes, manter um trabalhador sazonal permite-os despedi-los sem muitos problemas, e as condições de trabalho exigidas por um trabalhador permanente em relação aos sazonais são diferentes, com os sazonais exigindo menos. (PNUD, 1999; Massingarella et al., 2005; UNESCO/ILO, 1997).

Terceira razão, influência cada vez crescente da necessidade dos agregados familiares em diversificar as fontes de rendimento, como forma de garantir a existência de rendimento monetário, que para eles é seguro, uma vez que os rendimentos provenientes da agricultura tendem a apresentar uma menor capacidade em sustentar as suas famílias, em relação ao acesso a bens e serviços. Esta pressão faz com que estes se ofereçam para trabalhar a qualquer salário e em condições de trabalho não favoráveis. (PNUD, 1999; Massingarella et al., 2005; UNESCO/ILO, 1997).

Assim, o emprego nas zonas rurais é desenvolvido num contexto dominado pela multiplicidade de ocupações, principalmente para indivíduos mais pobres, que têm de procurar constantemente diversas fontes de rendimento, quer sazonal, permanente, agrícola e não-agrícola, e até mesmo o trabalho migratório para outras zonas (nacionais ou estrangeiras), de forma a garantir a sua sobrevivência e do seu agregado familiar.

Este quadro, dominado pela sazonalidade, que em parte pode-se derivar das três razões acima referenciadas, tem fortes implicações na pobreza e nas condições de vida dos trabalhadores. Se o emprego nessas zonas continuar a desenvolver-se nessa base, com fraca (ou nenhuma) dinâmica de desenvolvimento, e tendo em conta o alargado número do agregado familiar, os seus membros (principalmente crianças) podem se desenvolver com limitações, não frequentando a escola (ou se frequentar, mas por pouco tempo), acabando por ser uma mão-de-obra não qualificada, o que provavelmente determinará que na sua vida adulta continuem em situação de pobreza, surgindo assim um ciclo vicioso de pobreza.

4.3 Condições de trabalho nas zonas rurais

Partindo do pressuposto de que grande parte das pessoas nas zonas rurais dependem do trabalho assalariado para a sua subsistência e para garantir um nível de segurança, de forma a sair do risco de cair na pobreza, torna-se o desenvolvimento de melhores condições de trabalho um factor importante.

Ao analisar este ponto é necessário ter em conta questões como: (i) remuneração proveniente do trabalho, (ii) estabilidade e segurança no trabalho e (iii) protecção social. Todos estes, foram discutidos na secção II como indicadores do emprego decente.

Condições de trabalho, muitas vezes, tendem a variar de acordo com o tipo de emprego (temporário e permanente) e de empregador, pois os empregadores muitas vezes têm a capacidade de determinar as condições de trabalho. Por exemplo, se estes tiverem um padrão de acumulação de capital assente na exploração dos seus trabalhadores, sem dúvida que as condições de trabalho por estes oferecidos não serão favoráveis aos trabalhadores.

Segundo Cramer, et al., (2008), nas zonas rurais de Moçambique existe um grande poder por parte dos empregadores em definir as condições de trabalho. Esta situação pode ser justificada por: (i) ausência de sindicatos fortes e independentes, capazes de discutir com os empregadores não apenas questões de volume de emprego (associada a manutenção dos já existentes), mas também da qualidade dos mesmos; (ii) fraca inspecção por parte do governo, e articulação destes com os sindicatos, para assegurar o cumprimento das normas laborais, principalmente em pequenas unidades; e (iii) baixo nível de educação e conhecimento por parte dos trabalhadores, e associado a um excesso de oferta de trabalho, faz com que os empregadores tenham um certo poder de monopsonio.

Os métodos de pagamento nessas zonas são complexos e variados, podendo ser classificados em: (i) diário, (ii) mensal e (iii) por tarefa. Os empregos agrícolas (com uma grande base sazonal) são maioritariamente pagos numa base diária de acordo com as tarefas, isso em pequenas explorações. Mas nas grandes plantações, como por

exemplo a de cana-de-açúcar, são pagos numa base mensal. E para os empregos não agrícolas, são, normalmente, pagos mensalmente¹⁵. (Massingarella et al., 2005).

Um aspecto importante sobre as condições de trabalho, tem a ver com os contratos de trabalho (que permitem assegurar ao trabalhador a protecção dos seus direitos). Muitos trabalhadores nessas zonas não sabem o que é um contrato de trabalho, quais as suas funções, os direitos de um trabalhador, quer efectivo como sazonal. Por um lado, porque uns não sabem ler nem escrever e por outro lado, porque os empregadores preferem manter o mínimo vínculo possível com o trabalhador de maneira a fugir a lei laboral. Isso mostra a vulnerabilidade a que estes trabalhadores estão sujeitos.

Estas evidências podem ser sustentadas com base num estudo feito por Massingarella et al. (2005), na base de entrevistas com um grupo seleccionado de empregadores agrícolas nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia, onde muitos deles diziam *“que conseguem evitar as implicações da Lei laboral, em relação à obrigatoriedade de tornar os trabalhadores temporários em efectivos, depois de três meses de trabalho, simplesmente despedindo-os temporariamente, dias antes de cumprir os três meses de contrato. Depois de um curto período de tempo, os mesmos trabalhadores são de novo contratados para continuar os trabalhos”*.

As organizações sindicais, que tem como um dos objectivos: lutar pelos direitos dos trabalhadores, mostram uma certa fragilidade no alcance desse objectivo nas zonas rurais. Segundo Massingarella et al. (2005), as organizações sindicais nessas zonas, mostram uma certa incapacidade em representar os interesses dos trabalhadores sazonais, reforçando assim o ciclo vicioso onde são gerados muitos empregos na base da sazonalidade, com o trabalhador ficando totalmente desprotegido na defesa dos seus direitos básicos, sem qualquer cobertura ou apoio por parte dos sindicatos.

Este cenário, mostra que as condições de trabalho nas zonas rurais estão longe de serem favoráveis aos trabalhadores sazonais, que constituem a maior parte dos empregos gerados, o que gera pressões para a migração constante da população em busca de melhores condições, onde uns acabam migrando para dentro do país e outros para os

¹⁵ Isto pode ser elucidado com base num estudo feito a trabalhadores agrícolas e não agrícolas nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia, onde concluiu-se que maior parte dos trabalhadores agrícolas das pequenas explorações são pagos por dia e por tarefa. Nas grandes explorações e em trabalhos não agrícolas são pagos mensalmente. (Cramer, et al., 2008; Massingarella et al. 2005).

países vizinhos. Existem evidências de muitos moçambicanos ilegais na África do Sul, não somente no sector mineiro, mas também nas plantações, em busca de melhores condições de trabalho, principalmente de melhores salários. (Sender e Johnstone, 1996; Standing, Sender e Weeks, 1998, citado por PNUD, 1999).

As ideias discutidas nesta secção vão permitir iluminar a próxima secção, onde se aborda o estudo de caso da Açucareira de Xinavane, procurando mostrar o emprego e suas condições nesta açucareira.

CAPÍTULO 5

O CASO DA AÇUCAREIRA DE XINAVANE

5.1 Introdução

O presente capítulo mostra os resultados da pesquisa efectuada à açucareira de Xinavane e aos seus trabalhadores. Neste capítulo, mostra-se o emprego gerado por esta açucareira, isto é, o emprego sazonal e o permanente, suas condições de trabalho e implicações destas na pobreza dos trabalhadores e seu agregado familiar. Os dados que serão apresentados foram colhidos com base num inquérito, onde foram inquiridos aleatoriamente 50 trabalhadores, dos quais 25 permanentes e 25 sazonais, e também ao inquérito realizado a própria açucareira de Xinavane. A partir dos inquéritos procurou-se generalizar para toda a açucareira.

Este capítulo, encontra-se dividido em três pontos: o primeiro ponto, argumenta que a açucareira de Xinavane por ser uma agro-indústria com actividades bem integradas, encontra-se dividida em duas partes: (i) agricultura e (ii) indústria. O objectivo deste ponto é dar a conhecer a estrutura desta açucareira, com especial enfoque para as actividades exercidas por cada uma das partes, e o género da mão-de-obra dominante em cada uma das actividades. O segundo ponto, discute os empregos gerados pela açucareira, o sazonal e o permanente, argumentando que maior parte do emprego que esta açucareira gera é sazonal, e não sustentável a longo prazo. O último ponto (o terceiro), analisa as condições de trabalho nesta açucareira e algumas implicações na pobreza dos seus trabalhadores e seu agregado familiar.

5.2 Estrutura da açucareira de Xinavane

A açucareira de Xinavane, localiza-se na Província de Maputo, Distrito da Manhiça, Posto Administrativo de Xinavane. Antigamente, esta açucareira era denominada Sociedade Agrícola de Incomati, sendo explorada por capitais portugueses e pelo Governo de Moçambique. Em 1993, esta passa a chamar-se açucareira de Xinavane,

numa nova parceria entre o Governo moçambicano e a firma sul-africana *Tongaat Hulett*¹⁶. (Inquérito á açucareira de Xinavane, 2009).

A estrutura desta açucareira é resumida com base no mapa abaixo¹⁷ apresentado (Figura 1), onde se pode ver que esta é uma agro-indústria, com actividade agrária e industrial integrada. Assim, para além de controlar a produção de açúcar (parte industrial) também controla a produção de cana-de-açúcar (parte agrícola), principal matéria-prima para produzir o açúcar. Portanto, esta açucareira encontra-se dividida em duas partes, (i) agricultura e (ii) indústria. De seguida, apresenta-se a descrição das duas partes que compõem esta açucareira.

5.2.1 Agricultura

A agricultura é constituída por campos de produção de cana-de-açúcar, pela administração dos serviços da agricultura e pela parte da manutenção. Todas essas áreas encontram-se interligadas, com objectivo de assegurar a produção da cana-de-açúcar para abastecer a indústria.

Os campos de produção de cana-de-açúcar encontram-se divididos em quatro áreas, Norte, Sul, Este e Oeste, onde cada área é composta por várias zonas, com alguma dispersão entre elas. Os trabalhos nos campos são pouco intensivos em conhecimento e dominados por uma força laboral feminina, concentrando-se na sacha, adubação e irrigação. As duas primeiras actividades são feitas manualmente (a sacha e a adubação, com enxada e a mão, respectivamente), e a última, é feita com uma mistura entre o mecânico e o manual.

A administração dos serviços da agricultura¹⁸ encontra-se localizada em Chibanza, junto a um dos campos de produção de cana-de-açúcar, com domínio de uma força de trabalho masculina e qualificada. Esta é responsável pelo controlo e gestão da parte

¹⁶ A *Tongaat Hulett*, é uma firma sul-africana que também controla a açucareira de Mafambisse, com 75% das acções. Em 1993, detinha 49% das acções da açucareira de Xinavane, e actualmente possui 88% das acções desta açucareira, sendo os restantes 12% do Governo.

¹⁷ Este mapa foi adaptado a partir do programa *CanePro*, um programa informático usado nesta açucareira para o controlo de todas as suas áreas (tanto agrícola como industrial) e os seus respectivos trabalhadores.

¹⁸ De acordo com o inquérito, constatou-se que maior parte dos chefes de cada secção da Administração dos serviços da agricultura são estrangeiros, qualificados, sendo os seus subordinados moçambicanos.

agrícola, cabendo-a controlar não apenas a produção, mas também a contratação de trabalhadores necessários para um determinado período.

Na parte da manutenção, concentram-se as actividades de reabilitação dos canais de irrigação e a manutenção dos campos de produção. Esta área de trabalho é dominada pelos homens, com um nível de conhecimento relativamente superior que o dos campos.

5.2.2 Indústria

A indústria encontra-se dividida em quatro partes: a fábrica, a área dos transportes, a área de processo e os serviços gerais.

A parte da fábrica é constituída pelos serviços de mecânica, isto é, a parte técnica. Constatou-se com base no inquérito que, de toda a açucareira, esta é a parte que emprega maior número de homens, pelo facto do seu trabalho ser muito pesado. Esta área é responsável por (i) criar condições técnicas para a produção do açúcar e (ii) produzir o próprio açúcar. Os trabalhos nesta área são intensivos em conhecimento, principalmente nos serviços de engenharia, razão pela qual emprega uma mão-de-obra qualificada e até alguma estrangeira.

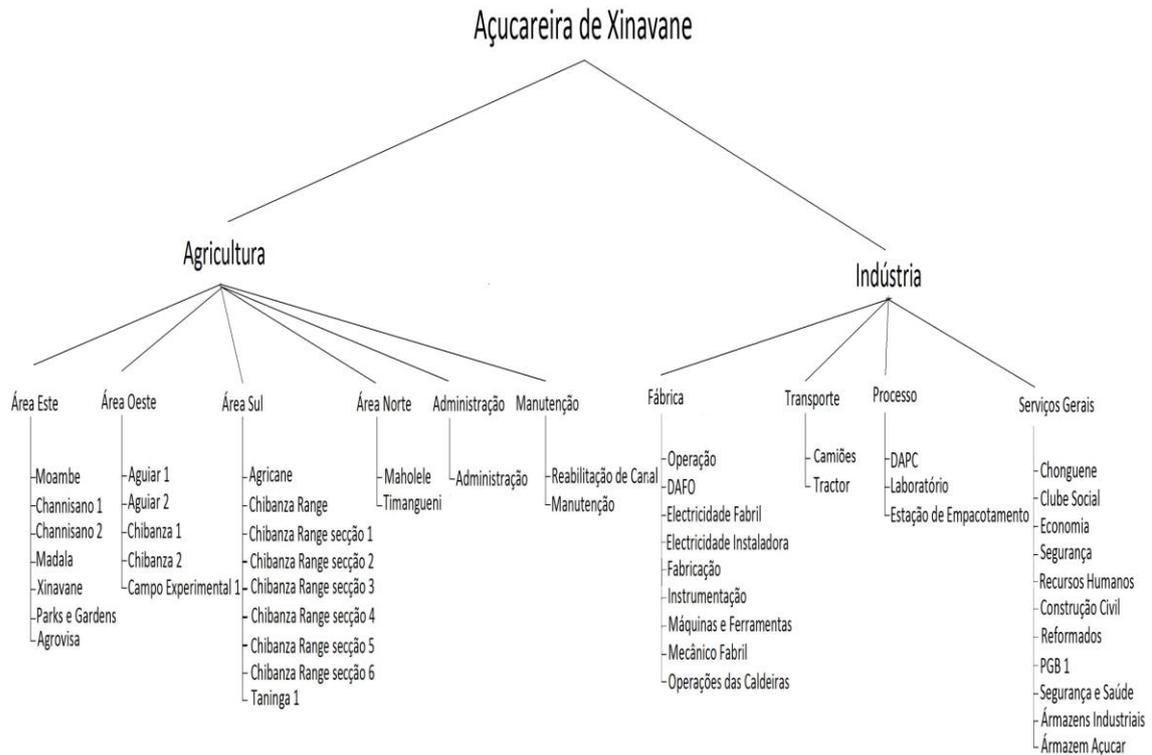
A parte dos transportes, que é dominada pelos homens, para além de ser responsável em fornecer serviços a agricultura, auxiliando os trabalhos nos campos e transportando parte da matéria-prima para a fábrica, também transporta os trabalhadores quando as áreas de produção são distantes das suas residências.

Na área de processo, encontram-se os serviços de laboratório e o empacotamento de açúcar. O empacotamento de açúcar divide-se em duas partes: (i) nos sacos de 50kg, feito pelos homens, e (ii) o empacotamento em 1kg, feito pelas mulheres. Nos serviços de empacotamento, destaca-se o trabalho em turnos.

Por fim, tem-se os serviços gerais, onde se pode encontrar diversas áreas, com especial destaque para a área de segurança e saúde. A primeira área, diz respeito as regras de segurança no trabalho, sendo esta responsável pela divulgação aos trabalhadores sobre as regras de segurança no trabalho. A segunda área, é referente a saúde, onde funciona a clínica da açucareira, para atender os seus trabalhadores.

Das duas partes que compõem esta açucareira, a agricultura é a área que emprega o maior número de trabalhadores, embora uma alta proporção desses sejam sazonais. Isso resulta pelo facto das operações na agricultura serem pouco mecanizadas em comparação com as da indústria, sobretudo nas actividades de sementeira, adubações e sacha.

Figura 1: Estrutura da açucareira de Xinavane



Fonte: Açucareira de Xinavane (2009)

5.3 Emprego gerado pela açucareira de Xinavane

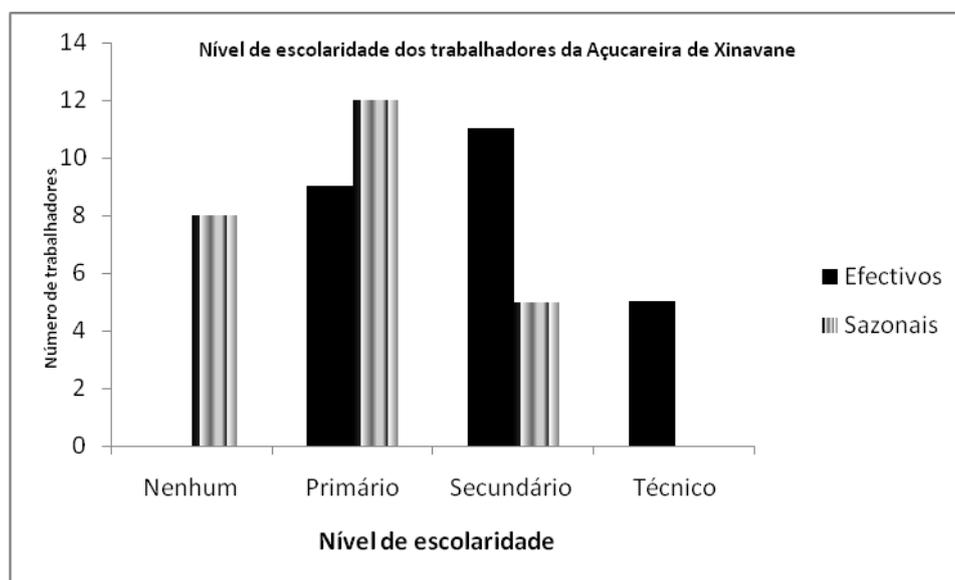
Uma das características das indústrias com actividades bem integradas é a geração de muitos postos de trabalho, e a açucareira de Xinavane é um caso concreto.

Esta açucareira, por controlar a parte agrícola, que por sua vez é caracterizada por épocas sazonais de trabalho, como consequência, recorre ao trabalho sazonal, normalmente de baixa qualificação. Isto contribui para que esta açucareira seja geradora

de um grande número de postos de trabalho, não apenas em Xinavane, mas também em algumas zonas vizinhas¹⁹.

O gráfico abaixo (Gráfico 1), mostra o nível de escolaridade dos trabalhadores da açucareira de Xinavane, onde se destaca que os trabalhadores sazonais apresentam-se com menor nível de escolaridade, quando comparado com o dos permanentes. De acordo com o gráfico abaixo, pode-se ver que maior parte dos trabalhadores sazonais possuem o nível primário, e um grande número não possuem nenhum nível de escolaridade. Maior parte dos trabalhadores permanentes possuem o nível secundário, e um aspecto a destacar é que, todos os trabalhadores permanentes possuem pelo menos um nível de escolaridade, o que não acontece com os sazonais.

Gráfico 1: Nível de escolaridade dos trabalhadores da açucareira de Xinavane



Fonte: Inquérito aos trabalhadores da Açucareira de Xinavane, 2009

De acordo com o inquérito realizado aos trabalhadores da açucareira, e em conversas formais (entrevistas) e informais, com alguns residentes de Xinavane, constatou-se que maior parte da população de Xinavane e das zonas vizinhas, encontram-se directa ou indirectamente ligadas a açucareira. Directamente, através do emprego efectivo ou sazonal na parte agrícola e industrial, e indirectamente através do emprego em algumas empresas que prestam serviços a açucareira, como é o caso da UNITRANS, uma empresa que se dedica ao corte e transporte de cana-de-açúcar para a fábrica, a AGRICAN, uma empresa privada que produz cana-de-açúcar para posterior venda a

¹⁹ Como por exemplo: Channisano, Aguiar, Chibanza, Tanninga, Timanguene e Magude.

açucareira, para além das duas associações, a de Maguiguane e Vamagogo, trabalhando em regime de concessão com a açucareira, e outras empresas que prestam serviços de engenharia e construção²⁰.

De acordo com a tipologia de emprego, visto no capítulo passado, a açucareira gera tanto emprego permanente (efectivo) como sazonal (eventual), mas com domínio do emprego sazonal. O gráfico abaixo (Gráfico 2)²¹, mostra o comportamento do emprego na açucareira de Xinavane entre 2005-2008.

Analisando a tendência do emprego efectivo tanto do lado das mulheres, assim como dos homens, pode-se ver a partir do gráfico abaixo uma estabilidade crescente de ambos durante o período em análise, com uma grande diferença entre estes, onde os homens apresentam-se em maior número em relação as mulheres.

O domínio da mão-de-obra masculina, como efectivo, deve-se, por um lado, porque a maior parte do emprego efectivo concentra-se na indústria, que pelo tipo de trabalho emprega mais homens do que mulheres, e por outro lado, porque na parte da agricultura, os poucos empregos efectivos que se criam concentram-se na administração dos serviços de agricultura e na manutenção, que constituem áreas dominadas pelos homens.

Em relação a tendência do emprego eventual (homens e mulheres), de acordo com o gráfico abaixo (Gráfico 2), pode-se ver uma extrema flutuação destes. Esta flutuação varia de acordo com o período da campanha²², que vai de Abril ou Maio à Novembro ou Dezembro, caracterizando-se por um maior número de trabalhadores. O período da

²⁰ Os trabalhadores que se encontram indirectamente ligados a açucareira, isto é, os que fazem parte das empresas que prestam serviços a açucareira, não serão neste trabalho analisados, podendo apenas ser feita uma pequena referência, mas sem entrar em detalhes.

²¹ Este gráfico foi elaborado com base em dados fornecidos pela açucareira de Xinavane. De salientar que, para a elaboração deste, tomou-se os dados referentes ao emprego gerado no final de cada mês durante o período de 2005-2008. O recurso ao uso dos dados desagregados a nível mensal, prende-se ao facto de a açucareira ser caracterizada por uma grande flutuação dos empregos que gera, por causa da sazonalidade destes, ou seja, enquanto uns ainda têm seus contratos em vigor outros já não os têm. Sendo assim, para efeitos de uma análise pormenorizada, os dados mensais são mais ilustrativos que os anuais (estes poderiam “esconder” as flutuações do emprego gerado pela açucareira).

²² Este é um termo usado na açucareira para referir-se ao período em que tanto as partes agrícolas como a industrial encontram-se no seu pleno funcionamento. Por outras palavras, é um período em que a cana-de-açúcar é cortada e transportada para a fábrica, onde de seguida é usada para produzir o açúcar.

inter-campanha²³, que corresponde aos restantes meses do ano, pelo facto de não necessitar de muita mão-de-obra quando comparado com o período da campanha, são caracterizados por uma redução acentuada no número de trabalhadores, tanto da parte industrial como da agrícola.

Apesar do número de homens eventuais ser relativamente superior ao das mulheres na mesma categoria, vê-se claramente que a diferença entre estes é menor, quando comparada com a dos efectivos. Esta diferença é justificada pelo facto da parte agrícola, e uma das áreas da indústria (o empacotamento de açúcar de 1kg), empregarem muitas mulheres, o que acaba compensando a sua ausência na indústria, e reduzindo assim a diferença entre estes.

A extrema flutuação do emprego sazonal nesta açucareira, ajuda a demonstrar uma das características dominantes dos empregos nas zonas rurais, a irregularidade e a insegurança do emprego, que como consequência torna-os insustentáveis a longo prazo.

Para o caso da açucareira, no período em que o emprego está em queda (o da inter-campanha), são trabalhadores que estão terminando seus contratos (que não são poucos trabalhadores), onde alguns conseguem renová-los e outros não. Os que não conseguem renovar, caso não encontrem outro trabalho acabam no desemprego, contraindo assim o seu nível de rendimento, o que afecta não apenas o trabalhador mas também o seu agregado familiar, em termos de privações a que fica exposto.

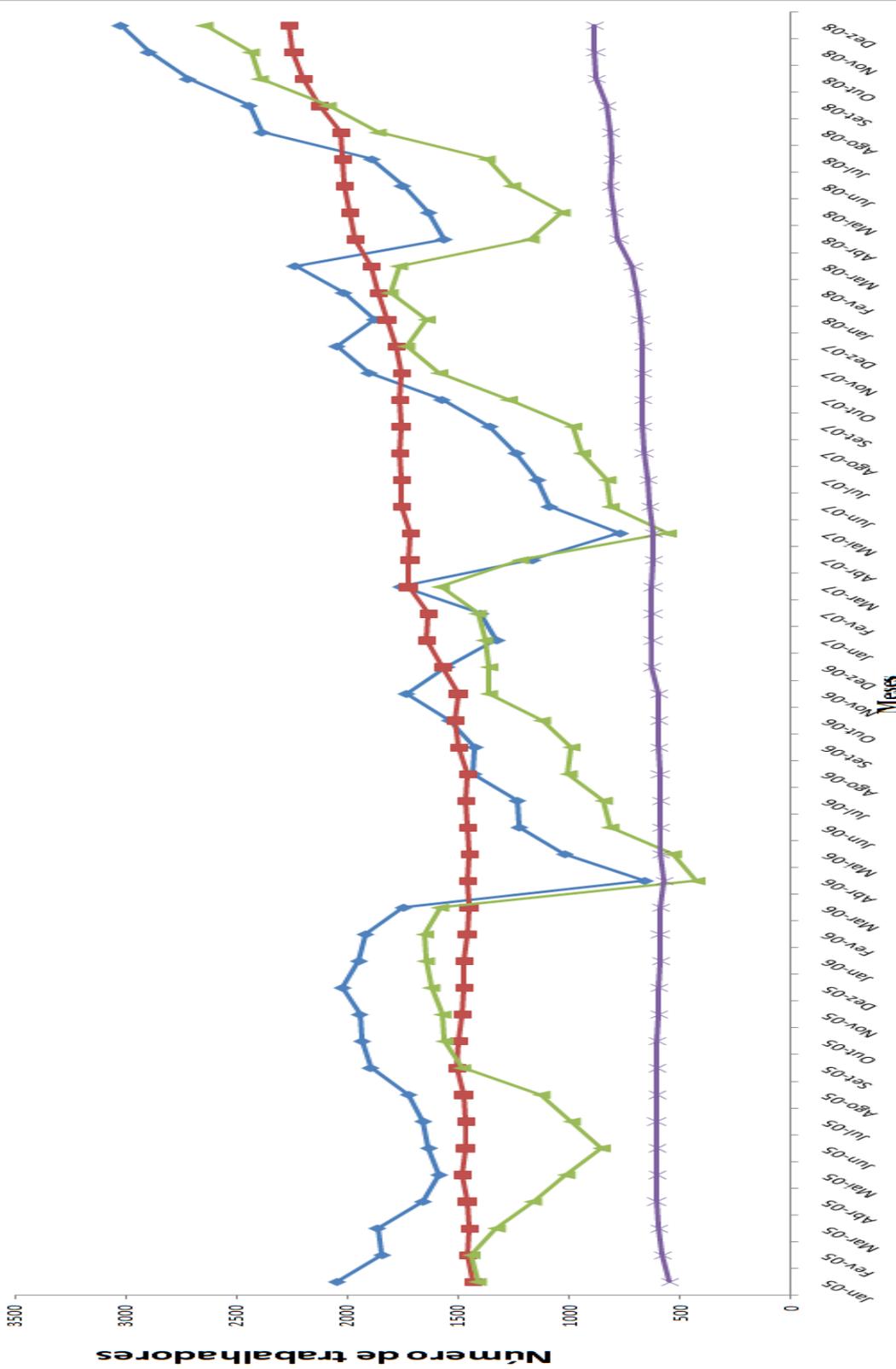
Os permanentes, acabam por constituir uma camada relativamente menos desfavorecida, uma vez que dispõem de empregos estáveis e seguros, comparativamente aos eventuais.

Assim, de acordo com as características e limitações sobre o emprego sazonal, descritas na secção II e IV, pode-se prever que todos os trabalhadores sazonais desta açucareira apesar de disporem de emprego e de rendimento, encontram-se em risco de cair na pobreza.

²³ Um termo usado na açucareira para referir-se ao período em que não se está a operar no seu pleno funcionamento, isto é, um período de preparação para a campanha seguinte.

Gráfico 2: Comportamento do emprego na açucareira de Xinavane (2005-2008)

Comportamento do emprego na Açucareira de Xinavane (2005-2008)



	Jan-05	Feb-05	Mar-05	Abr-05	Mai-05	Jun-05	Jul-05	Ago-05	Sep-05	Out-05	Nov-05	Dez-05	Jan-06	Feb-06	Mar-06	Abr-06	Mai-06	Jun-06	Jul-06	Ago-06	Sep-06	Out-06	Nov-06	Dez-06	Jan-07	Feb-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07	Sep-07	Out-07	Nov-07	Dez-07	Jan-08	Feb-08	Mar-08	Abr-08	Mai-08	Jun-08	Jul-08	Ago-08	Sep-08	Out-08	Nov-08	Dez-08
Homens eventuais	2046	1842	1864	1658	1585	1631	1657	1723	1895	1933	1944	2021	1947	1918	1746	658	1018	1224	1233	1430	1424	1537	1738	1552	1326	1399	1757	1165	769	1088	1142	1237	1357	1573	1902	2047	1876	2017	2236	1564	1633	1751	1889	2386	2443	2720	2896	3023
Homens efectivos	1433	1455	1446	1460	1480	1467	1463	1475	1502	1494	1480	1474	1471	1461	1452	1458	1447	1457	1466	1457	1495	1511	1501	1567	1641	1635	1726	1719	1713	1757	1752	1764	1758	1762	1753	1778	1823	1857	1891	1966	1987	2012	2019	2028	2127	2200	2244	2262
Mulheres eventuais	1414	1442	1378	1164	1014	855	989	1127	1484	1563	1573	1624	1648	1651	1584	427	535	817	845	1004	991	1124	1363	1362	1383	1414	1582	1220	557	815	809	943	983	1274	1587	1737	1645	1810	1769	1174	1035	1260	1373	1865	2091	2396	2436	2646
Mulheres efectivos	546	576	593	606	601	603	605	604	601	602	594	592	587	589	587	570	588	587	587	589	594	595	596	624	623	623	623	621	619	633	641	662	664	664	667	667	678	693	712	777	797	810	804	831	878	883	885	

Fonte: Açucareira de Xinavane, 2009

5.4 Condições de trabalho na açucareira de Xinavane

Os pontos a analisar à volta das condições de trabalho nesta açucareira são: (i) contratos de trabalho, (ii) remuneração, (iii) higiene e segurança no trabalho e (iv) protecção social.

5.4.1 *Contratos de trabalho*

A existência de contrato de trabalho em qualquer actividade laboral é muito importante, pois, (i) protege os trabalhadores em relação aos seus direitos, dando-lhes uma maior capacidade para discutir com os empregadores as condições à volta do emprego em que se inserem e (ii) cria um vínculo formal entre o trabalhador e o empregador, podendo reduzir a capacidade do empregador em explorar o trabalhador.

Um ponto importante à volta dos contratos de trabalho, é a sua operacionalidade, isto é, o seu cumprimento, acompanhado por uma fiscalização por parte do governo e dos sindicatos. A existência formal deste sem o seu cumprimento, pouco ou em nada contribui para influenciar as condições de trabalho.

Na açucareira de Xinavane, os contratos de trabalho conheceram duas fases distintas para os sazonais. Primeira fase, antigamente estes eram colectivos, onde a maior parte dos trabalhadores nem sequer sabiam da existência e do conteúdo dos mesmos. Segunda fase, os contratos de trabalho passaram a ser de carácter individual, com todos os trabalhadores (sazonais como permanentes) tendo um vínculo formal, juridicamente reconhecido com a açucareira.

Apesar de todos os trabalhadores da açucareira de Xinavane, possuírem contratos de trabalho, no inquérito realizado constatou-se que maior parte dos sazonais apenas sabem que tem um contrato de trabalho, mas não sabem do conteúdo dos mesmos e qual a sua utilidade. Em relação aos permanentes, os com mais baixos níveis de escolaridade, encontram-se na mesma situação que os sazonais, enquanto os mais escolarizados têm pleno conhecimento dos contratos de trabalho.

Constatou-se também, com base no inquérito aos trabalhadores sazonais, que estes vivem renovando seus contractos de trabalho, o que representa anos de trabalho na

açucareira sem passar para o efectivo, o que constitui uma mão-de-obra barata para a açucareira.

A tabela abaixo (Tabela 1), mostra a frequência na renovação de contratos dos trabalhadores sazonais, de uma amostra de 25 trabalhadores, maior parte destes encontram-se no intervalo de [1; 3], o que significa que tendo em conta que os contratos sazonais são em média de 6 meses, estes não tem mais que dois anos de trabalho, e o menor número encontra-se no intervalo de [7; mais [.

Assim, este cenário associado ao fraco poder dos sindicatos e da inspecção por parte do governo, torna evidente que quase todos os trabalhadores sazonais, encontram-se inseguros, pois vivem de renovação dos seus contratos, podendo estes serem ou não renovados, e também em menores condições para discutir possíveis irregularidades à volta dos seus contratos, e a aplicabilidade da lei laboral, uma vez que estes pouco ou nada sabem sobre os contratos de trabalho e da lei laboral. Estas condições, abrem espaço para uma maior exploração por parte do empregador.

Tabela 1: Frequência na renovação de contrato dos trabalhadores sazonais

Intervalo de renovação dos contratos	Nº de trabalhadores
[1 ; 3]	16
[4; 6]	6
[7; mais[3
Total	25

Fonte: Trabalhadores sazonais da açucareira de Xinavane, 2009

5.4.2 Remuneração

A remuneração do trabalho nesta açucareira varia de acordo com a categoria em que cada trabalhador se insere e com o pagamento de horas extras no trabalho²⁴. A tabela abaixo (Tabela 2), mostra o salário base aplicado por categoria na açucareira de Xinavane (em vigor até ao dia da realização do inquérito).

²⁴ O pagamento de horas extras no trabalho é mais frequente nos trabalhos ligados a parte agrícola e no período da campanha.

Como se pode notar na Tabela 2, os salários básicos nas mais baixas categorias são superiores ao salário mínimo definido pelo governo em 2008, que era 1.315,00 Mt para a agricultura e agro-indústria.

De acordo com a Tabela 2, os trabalhadores com mais baixa remuneração são os da agricultura, principalmente os da sacha, irrigação e adubação, e uma parte da indústria, onde se encontram os mais desfavorecidos, que mesmo com um trabalho de grande desgaste físico, oferecem-se para trabalhar abaixo do custo da sua subsistência.

Como foi descrito no ponto 5.3 desde capítulo, grande parte da população de Xinavane e das zonas vizinhas encontram-se ligadas directa ou indirectamente a açucareira. Constatou-se com base no inquérito, que dos 25 trabalhadores sazonais inquiridos, cerca de 32% destes fazem parte de um agregado familiar cujos membros têm algum trabalho remunerado, e os restantes 68% não possuem trabalho remunerado. Em relação aos trabalhadores permanentes, constatou-se que, dos 25 inquiridos cerca de 48% fazem parte de um agregado familiar cujos membros têm algum trabalho remunerado, e os restantes 52% não possuem trabalho remunerado. Estas percentagens, espelham a dependência por parte dos trabalhadores e seu agregado familiar em relação ao rendimento proveniente do seu trabalho na açucareira para o seu sustento, principalmente dos sazonais, pois não possuem fontes alternativas de rendimento e com o agravante de a maior parte dos membros do seu agregado familiar não trabalharem²⁵.

Apurou-se também com base nos inquiridos e em algumas conversas informais com os trabalhadores, que o rendimento por estes auferidos, por ser baixo, apenas permite assegurar a alimentação até aos meados de cada mês, sendo os restantes dias cobertos por *vales*²⁶. Todo o rendimento é destinado ao consumo, não existindo poupança e conseqüentemente, nenhuma forma de diversificação da carteira de rendimentos, como por exemplo no comércio e na agricultura, ficando condicionado o acesso a serviços básicos como saúde e educação, o que por sua vez afecta todo o agregado familiar.

²⁵ Vide anexo 1, Tabela 4

²⁶ Termo usado para designar empréstimos em espécie, ou seja, em produtos.

Tabela 2: Salário (em meticais) base aplicado por categoria na açucareira de Xinavane, 2009

Categorias	Salário Base
A ₁ A	1.400,00
A ₁	2.000,00
A ₂	2.030,00
A ₃	2.080,00
B ₁	2.330,00
B ₂	3.130,00
B ₃	3.620,00
B ₄	4.155,00
B ₅	4.930,00
C ₁	5.600,00
C ₂	6.700,00
C ₃	7.400,00

Fonte: Açucareira de Xinavane, 2009

A açucareira de Xinavane, por gerar emprego para muitas famílias e conseqüentemente rendimentos monetários (pela via de salários), não necessariamente está contribuindo para a redução da pobreza por parte dos seus trabalhadores e seu agregado familiar.

Para demonstrar que a geração de emprego como instrumento para a redução da pobreza nas zonas rurais no geral e em Xinavane em particular, pela via da criação de rendimentos que permitem as famílias terem acesso a bens e serviços básicos, não é linear, tem-se o seguinte exemplo:

Antes de demonstrar o exemplo, alguns instrumentos de análise e pressupostos são tomados em conta:

- Olha-se para a definição da pobreza do ponto de vista monetário (descrita no capítulo 2) e a linha da pobreza total para Maputo-provincia rural, porque a açucareira de Xinavane nela se enquadra. Esta linha de pobreza é expressa em valores monetários por pessoa e por dia, estando estimada em 16.76 Mt. (Ver anexo 7, Tabela 8).
- Usa-se a definição do trabalhador pobre adoptada pelo Banco Mundial e abordagem monetária, para concluir que quem estiver abaixo da linha da pobreza total é considerado pobre.

- Usa-se a ponderação dos salários, isto é, de acordo com a amostra colhida usa-se a proporção dos trabalhadores com um determinado salário.
- Assume-se como pressuposto que as famílias dependem apenas do rendimento proveniente do trabalho na açucareira, por um dos membros do agregado familiar, mantendo-se constante as outras fontes de rendimento.

1º Passo: Calculou-se a média do agregado familiar dos trabalhadores sazonais e permanentes, usando a fórmula de média aritmética para dados agrupados em intervalos de classe. Os dados primários usados para calcular as médias encontram-se no anexo 2, Tabela 5.

$$\bar{X}_{efectivos} = \frac{\sum X_i M_i}{\sum M_i} = \frac{3 * 11 + 8 * 13 + 13 * 1}{25} = 6$$

$$\bar{X}_{sazonais} = \frac{\sum X_i M_i}{\sum M_i} = \frac{3 * 9 + 8 * 11 + 13 * 5}{25} = 7.2 \cong 7$$

Onde:

\bar{X} = Média do número do agregado familiar por cada trabalhador

X_i = Ponto médio do intervalo de classe do agregado familiar

M_i = frequência

Assim, a média do agregado familiar dos trabalhadores efectivos são de 6 pessoas e para os sazonais são 7 pessoas.

2º Passo: Calculou-se com base no salário o valor equivalente ao consumo médio mensal por cada membro do agregado familiar.

$$Cm_{(mensal)-efectivos} = \frac{\sum S_i F_i}{M_i \bar{X}}$$

$$= \frac{2000 \times 4 + 2030 \times 2 + 2080 \times 3 + 3130 \times 4 + 3620 \times 3 + 4155 \times 4 + 6700 \times 3 + 7400 \times 2}{25 \times 6}$$

$$= \frac{92.780,00 \text{ Meticais}}{150} = 618,53 \text{ Meticais}$$

$$Cm_{(mensal)-sazonais} = \frac{\sum S_i F_i}{M_i X} = \frac{1400 \times 8 + 2000 \times 10 + 2080 \times 2 + 2330 \times 3 + 3130 \times 2}{25 \times 7}$$

$$= \frac{48610 \text{ Meticaís}}{175} = 277,77 \text{ Meticaís}$$

Onde:

$Cm_{(mensal)}$ = Consumo médio mensal por cada membro do agregado familiar

S_i = Salário

F_i = Frequência em relação ao salário

O consumo médio mensal por cada membro do agregado familiar dos trabalhadores efectivos são de 618,53Mt e para os membros do agregado familiar dos sazonais são de 277,77Mt.

3º Passo: Calculou-se o valor equivalente ao consumo médio diário por cada membro do agregado familiar.

$$Cm_{(diário)-efectivos} = \frac{Cm_{(mensal)}}{30 \text{ dias}} = \frac{618,53}{30} = 20,62 \text{ Meticaís}$$

$$Cm_{(diário)-sazonais} = \frac{Cm_{(mensal)}}{30 \text{ dias}} = \frac{277,77}{30} = 9,26 \text{ Meticaís}$$

Onde:

$Cm_{(diário)}$ = Consumo médio diário por cada membro do agregado familiar

O consumo médio diário por cada membro do agregado familiar dos trabalhadores permanentes é equivalente a 20,62Mt, e para os membros do agregado familiar dos trabalhadores sazonais é de 9,26Mt.

4º Passo: Comparou-se o valor consumo médio diário por cada membro do agregado familiar das duas categorias, com a linha total da pobreza definida para a zona de Maputo – Província rural.

A linha de pobreza total definida para a zona de Maputo – Província rural é de 16,76Mt por pessoa e por dia, assim, fazendo uma comparação com os resultados obtidos pode-

se concluir os trabalhadores permanentes e seu agregado familiar encontram-se acima da linha da pobreza, enquanto que os sazonais encontram-se abaixo desta linha.

5.4.3 Higiene e segurança no trabalho

Higiene e segurança no trabalho constituem elementos importantes na protecção contra acidentes de trabalho. Assegurar a existência de condições seguras de trabalho é visto como um custo por parte do empregador, que vê reduzida a sua margem de lucro. Sendo assim, acabam por não serem tomados em conta pelos empregadores. Como consequência, os casos de acidentes no trabalho não são minimizados, afectando os trabalhadores.

Acidentes no trabalho influenciam o estado de um agregado familiar, podendo torná-los vulneráveis. Por exemplo, no inquérito realizado verificou-se que em média, o agregado familiar de cada trabalhador depende exclusivamente do rendimento do trabalho, e apenas uma pessoa é que trabalha²⁷, sendo assim, no caso de ocorrer um acidente de trabalho mortal ou de invalidez, automaticamente este agregado familiar fica afectado, havendo efeitos multiplicadores negativos.

Na açucareira de Xinavane, as medidas de higiene e segurança no trabalho sofreram uma certa evolução. Antigamente, os cuidados com estes eram muito reduzidos. As áreas de trabalho, quer no campo como na fábrica quase que não estavam sinalizadas, os trabalhadores não tinham nenhum conhecimento sobre regras de segurança no trabalho, e muitos deles trabalhavam totalmente desprotegidos, sem qualquer equipamento, e como consequência, o número de acidentes no trabalho era constante, principalmente na parte industrial, onde o trabalho é muito arriscado.

Actualmente, estas questões são tratadas com muito cuidado. A açucareira está preocupada em assegurar o padrão mínimo exigido em termos de higiene e segurança no trabalho para reduzir os casos de acidentes. Para tal, a açucareira vem desenvolvendo actividades como: (i) sinalização completa das suas áreas de trabalho, destacando os perigos e os cuidados a ter, (ii) reuniões obrigatórias sobre a segurança no trabalho antes de cada jornada laboral, mostrando aos trabalhadores a necessidade de estarem devidamente protegidos quando trabalham e (iii) disponibilidade de primeiros socorros.

²⁷ Vide anexo 1, tabela 4

Não obstante os esforços que se vem desenvolvendo pela açucareira, nota-se que a protecção que os trabalhadores recebem na parte da indústria (na fábrica) é razoável, quando comparada com a dos trabalhadores dos campos.

A tabela abaixo (Tabela 3), mostra os dados estatísticos referentes aos casos de acidentes de trabalho na açucareira de Xinavane, no período de 2005-2008²⁸, onde se pode tirar duas ilações: (i) em termos absolutos, pelo pequeno horizonte temporal não se pode avançar, com exactidão, sobre a redução dos casos de acidentes no trabalho, uma vez que os dados são instáveis, mas (ii) em termos relativos e tomando como referência os acidentes graves e mortais para avaliar a tendência dos casos de acidentes de trabalho, nota-se claramente uma certa redução, pois em 2005, o número de acidentes graves e mortais era maior, isso quando comparado com os restantes anos.

Tabela 3: Dados estatísticos sobre acidentes de trabalho na açucareira de Xinavane (2005-2008)

Ano	Total Acidentes de trabalho	Tipos de acidentes de trabalho		
		Ligeiro	Graves	Mortal
2005	153	120	25	8
2006	150	146	3	1
2007	93	89	3	1
2008	181	174	6	1

Fonte: Açucareira de Xinavane, 2009 e SINTIA, 2006

5.4.4 Protecção Social

De acordo com a abordagem do emprego decente, um emprego seguro e sustentável tem de garantir a protecção não só ao trabalhador, mas também ao seu agregado familiar. Protecção social em relação a um emprego tem de ser vista de forma ampla, podendo conter aspectos que protejam e reduzam a vulnerabilidade do trabalhador.

²⁸ Ao analisar os dados estatísticos sobre a tendência dos acidentes de trabalho, é necessário ter em conta a evolução do número de trabalhadores durante o período em análise, uma vez que o seu número aumentou.

Os descontos para a segurança social²⁹, constituem uma das formas de protecção social. Mas, esta forma de protecção é frágil e pouco abrangente, pois, beneficia apenas os trabalhadores permanentes, excluindo os trabalhadores sazonais.

Na açucareira de Xinavane, nem todos os trabalhadores encontram-se inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), apenas os trabalhadores permanentes, que são descontados 3% do seu salário e 4% pagos pela açucareira, totalizando assim 7%. Os sazonais, que constituem a maior parte dos trabalhadores empregues na açucareira, sendo a camada mais desfavorecida, encontram-se excluídos desta forma de protecção social e de muitos benefícios sociais do emprego.

A assistência em relação a acidentes de trabalho e outros cuidados médicos, é uma fonte de protecção que abrange a todos os trabalhadores da açucareira, tanto permanentes como sazonais, com o funcionamento da clínica da açucareira, dando assistência médica e medicamentosa gratuitamente aos trabalhadores.

Outra forma de protecção social é o salário, mas nesta açucareira, apesar desses estarem acima do salário mínimo, não conseguem cobrir as necessidades dos trabalhadores, destinando-se apenas ao consumo durante uma parte do mês, sendo a outra parte coberta por *vales* (dividas) e não permitindo gerar outras fontes de rendimento e investimento, como por exemplo, no comércio na agricultura. O que, conseqüentemente, faz com que o acesso a certos serviços básicos fiquem privados.

A terra que também é vista como uma das fontes de protecção, do ponto de vista do seu uso para a prática da agricultura, encontra-se cada vez menos acessível. Segundo os trabalhadores da açucareira, em tempos estes tinham terra para a prática da agricultura, mas com a expansão da açucareira, maior parte das terras tendem a estar na posse da açucareira de Xinavane.

²⁹ Nos serviços de segurança social, os salários são descontados para a reforma, pensão de velhice, acidentes de trabalho, entre outras formas de segurança.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO

Este trabalho esteve a analisar as condições do emprego nas zonas rurais, tomando a açucareira de Xinavane como o estudo de caso.

O trabalho toma em consideração a abordagem do emprego decente para analisar o tipo de emprego que se vem desenvolvendo nas zonas rurais, procurando identificar e caracterizar o dominante nessas zonas e as suas condições de trabalho, para avaliar o quão decente estes são e quais as suas implicações na pobreza.

De acordo com a pesquisa realizada, existem dois tipos de emprego nas zonas rurais, nomeadamente: o sazonal (eventual) e o permanente (efectivo). A maior parte dos empregos que se vem gerando e desenvolvendo nessas zonas, são empregos sazonais, que pelas suas características constituem empregos que proporcionam ao trabalhador e ao seu agregado familiar altos níveis de vulnerabilidade e insustentabilidade.

Estes empregos desenvolvem-se num contexto que não favorece ao trabalhador e ao seu agregado familiar, pois, por um lado, tem-se o desemprego e uma dependência cada vez crescente do trabalho assalariado pelos trabalhadores, e por outro lado, tem-se um certo poder de monopólio por parte dos empregadores, e associado ao fraco papel dos sindicatos e da inspecção por parte do governo, o que abre espaço para uma maior exploração por parte dos empregadores.

O desenvolvimento deste tipo de emprego nas zonas rurais, tem implicações negativas na pobreza, uma vez que são empregos que não garantem protecção social, sem estabilidade e segurança no trabalho, com uma baixa remuneração, exercidos maioritariamente de maneira informal, sem contratos de trabalho (ou com menor cumprimento deste), estando os trabalhadores excluídos dos benefícios sociais do emprego.

No que se refere ao caso da açucareira de Xinavane, com base num inquérito feito aos trabalhadores sazonais e permanentes, e a própria açucareira, constatou-se que grande parte das famílias em Xinavane e em algumas zonas vizinhas encontram-se ligadas a açucareira, pois esta gera muitos postos de trabalho e constitui a principal fonte de sustento dos agregados familiares dos trabalhadores.

Maior parte do emprego que a açucareira de Xinavane gera é sazonal, onde no período da campanha, o número de trabalhadores é maior e no período da inter-campanha verifica-se uma queda deste, com alguns trabalhadores conseguindo renovar seus contratos e outros não, o que pela óptica do emprego decente significa que este não apresenta segurança. Este tipo de emprego (sazonal), apresenta uma sustentabilidade a curto e médio prazo, mas não a longo prazo.

Tendo em conta os indicadores do emprego decente, da pesquisa realizada, constatou-se que na açucareira de Xinavane:

- Os salários, apesar de terem valores acima do salário mínimo, não conseguem cobrir as necessidades dos trabalhadores, destinando-se apenas ao consumo durante uma parte do mês, sendo a outra parte coberta por *vales* (dividas) e não permitindo gerar outras fontes de rendimento e investimento, como por exemplo, no comércio na agricultura. O que, conseqüentemente, faz com que o acesso a certos serviços básicos fiquem privados;
- Não obstante todos os trabalhadores possuírem contratos formais de trabalho, no inquérito realizado constatou-se que quase todos os sazonais apenas sabem que tem um contrato de trabalho, mas não sabem do conteúdo dos mesmos e qual a sua utilidade. Em relação aos permanentes, os com mais baixos níveis de escolaridade (que são os mais desfavorecidos), encontram-se na mesma situação que os sazonais, enquanto que os mais escolarizados têm pleno conhecimento dos contratos de trabalho;
- As questões de higiene e segurança no trabalho são tratadas com muito cuidado, pois observou-se que a açucareira está preocupada em assegurar o padrão mínimo exigido em termos de higiene e segurança no trabalho para reduzir os casos de acidentes. Para tal, a açucareira vem desenvolvendo actividades como: (i) sinalização completa das suas áreas de trabalho, destacando os perigos e os cuidados a ter, (ii) reuniões obrigatórias sobre a segurança no trabalho antes de cada jornada laboral, mostrando aos trabalhadores a necessidade de estarem devidamente protegidos quando trabalham e (iii) disponibilidade de primeiros socorros;

- Nem todos os trabalhadores encontram-se inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), apenas os trabalhadores permanentes. Os sazonais, que constituem a maior parte dos trabalhadores empregues na açucareira, sendo a camada mais desfavorecida, encontram-se excluídos desta forma de protecção social e de muitos benefícios sociais do emprego.

O tipo de emprego que é gerado pela açucareira de Xinavane, tendo em conta os indicadores do emprego decente estes não são decentes, principalmente dos sazonais, e tem implicações para a pobreza. Como se verificou, pela pesquisa realizada, nem todos os indicadores do emprego decente são favoráveis a todos os trabalhadores da açucareira, o que por um lado, faz com que estes se encontrem em risco de cair na pobreza, e por outro lado, dificulta a saída desta e dos que encontram-se em tal situação.

Como se mostra no trabalho, o emprego tem de ser mais que uma mera fonte de rendimento, este tem de ser acompanhado por variáveis qualitativas, para ser decente e ser capaz de reduzir o estado de pobreza do trabalhador. Sendo assim, o governo e os sindicatos deveriam criar condições para garantir que aspectos de ordem qualitativa dos empregos existentes e gerados sejam verificados.

BIBLIOGRAFIA

ANKER, Richard; CHERNYSHEV, Igor; EGGER, Philippe; MEHRAN, Farhad e RITTER, Joseph. 2002. *Measuring Decent Work with statistical Indicators*. International Labour Organization (ILO).

ANTUNES, Margarida. 2008. *Novos empregos, novos pobres, trabalhadores pobres: uma visão económica*.

BENFICA, Rui; TSCHIRLEY, David e SAMBO, Liria. 2002. *The Impact of Alternative Agro-Industrial Investments on Poverty Reduction in Rural Mozambique*. Ministério da Agricultura.

CASTEL – BRANCO, Carlos Nuno. 1983a. *A Integração dos Camponeses Médios numa Economia Socialista Planifica*. Dissertação. Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

CASTEL – BRANCO, Carlos Nuno. 1994. *Moçambique – Perspectivas Económicas*. Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Ebert.

CASTEL – BRANCO, Carlos Nuno. *Opções Económicas de Moçambique, 1975-1995: Problemas, Lições e Ideias Alternativas*. In Brazão Mazula (ed), 1995. Eleições, Democracia e Desenvolvimento.

CÉLESTIN, Jean-Bernard. 2002. *A Qualidade do Emprego*. Direcção Geral do Emprego e Formação Profissional (DGEFP). Lisboa.

Centro de Estudos Africanos. 1979. *O desemprego e a sua ligação com o campo: um estudo sobre a capacidade de emprego em machambas estatais e cooperativas seleccionadas no distrito da moamba*. Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

CHICONELA, Jacinto. 2004. *Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique. Uma Análise Baseada no Inquérito aos Agregados Familiares 2002 – 03*. Ministério de Planificação e Desenvolvimento. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas.

CRAMER, Christopher e PONTARA, Nicola. 1997. *Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What`s Missing from the Debate*. SOAS.

CRAMER, Christopher; OYA, Carlos e SENDER, John. 2008. *Rural Labour Markets in Sub-Saharan Africa: A New View of Poverty, Power and Policy*. SOAS.

Department for International Development (DFID). 2004. *Labour standards and poverty reduction*.

DEWAN, Sabina e PEEK, Peter. 2007. *Beyond the Employment/Unemployment Dichotomy: Measuring the Quality of Employment in Low Income Countries*. International Labour Organization (ILO).

FRANCISCO, António. e PAULO. Margarida. 2006. *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão.

GHAI, Dharam. 2002. *Decent Work: Concepts, models and indicators*. International Labour Organization (ILO).

GHAI, Dharam. 2003. *Decent Work: Concepts and indicators*. International Labour Organization (ILO).

GHAI, Dharam. 2005. *Decente Work: Universality and Diversity*. International Labour Organization (ILO).

GRINSPUN, Alejandro. 2004. *Measuring Poverty: what's in the line?*. International Poverty Centre - PNUD

MASSINGARELA, Cláudio; NHATE, Virgulino e OYA, Carlos. 2005. *Mercados Rurais de Emprego em Moçambique: Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de Manica, Nampula e Zambézia*.

Ministério do Plano e Finanças (MPF), Direcção Nacional do Plano e Orçamento, Departamento de População e Desenvolvimento Social. 1999. *Glossário de Termos sobre Pobreza e Segurança Alimentar*.

- MOSCA, João. 1993. *Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência*. Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.
- NKURUNZIZA, Janvier D. 2006. *Generating Rural Employment in Africa to Fight Poverty*.
- O'LAUGHLIN, Bridget. 1981. *A Questão Agrária em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane.
- O'LAUGHLIN, Bridget. 2002. *Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Colonial Mozambique*.
- O'LAUGHLIN, Bridget. 2009. *Rural Social Security and the Limits of 'Associativismo' in Southern Mozambique*.
- PNUD. 1999. *Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano: Progresso, Obstáculos e Desafios*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano.
- RODGERS, Gerry. 2002. *Decent Work as a Goal for the Global Economy*.
- SAGET, Catherine. 2001. *Is the Minimum Wage an Effective Tool to Promote Decente Work and Reduce Poverty? The Experience of Selected Developing Countries*. International Labour Organization (ILO).
- SENDER, John, OYA, Carlos e CRAMER, Christopher. 2006. *Lifting the Blinkers: A New View of Power and Poverty in Mozambican Rural Labor Markets*.
- UNESCO e ILO. 1997. *Employment and Sustainable Livelihoods: Country Review for Mozambique*.
- WUYTS, Marc. 1978. *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane.
- WUYTS, Marc. 2004. *Sorting out Conceptions of Poverty*. In Bridget O'laughlin e Marc Wuyts. Module 1: Conceptualising Poverty.

ANEXOS

Anexo 1 - Tabela 4: *Resumo sistemático do inquérito aos trabalhadores sazonais e permanentes da açucareira de Xinavane*

Trabalhadores	Percentagem de membros do agregado familiar dos trabalhadores com ou sem trabalho remunerado	Rendimento mensal dos trabalhadores, capacidade de poupança	Emprego e condições de emprego na açucareira de Xinavane
Sazonais	<p>De um total de 25 trabalhadores inquiridos nesta categoria, cerca de 32% fazem parte de um agregado familiar cujos membros têm algum trabalho remunerado, e os restantes 68% não possuem trabalho remunerado.</p> <p>Os membros do agregado familiar dos trabalhadores, que têm algum trabalho remunerado, encontram-se empregues na açucareira de Xinavane, maioritariamente como trabalhadores sazonais.</p> <p>Os que não têm trabalho remunerado, muito poucos se dedicam ao comércio informal, estando a maior parte desempregada.</p>	<p>O rendimento médio mensal do agregado familiar dos trabalhadores, encontra-se acima dos 1000 meticais.</p> <p>O rendimento proveniente do trabalho na açucareira destaca-se como tendo um grande peso para o rendimento médio mensal. O que torna a principal fonte de sustento dos trabalhadores e seu agregado familiar.</p> <p>Nesta categoria, a capacidade de poupança por parte dos trabalhadores é nula, sendo todo rendimento destinado ao consumo, pois segundo os trabalhadores, este é muito baixo.</p>	<p>Todos os trabalhadores têm contrato de trabalho, mesmo em casos de contratos precários de 1 mês.</p> <p>Dos trabalhadores inquiridos, constatou-se que 44% deste têm conhecimento dos pontos que constam no seu contrato de trabalho, e os restantes 56% apenas sabem que assinaram um contrato, mas desconhecem o seu conteúdo.</p> <p>Em média, maior parte dos trabalhadores encontram-se no intervalo de [1; 3], em termos de renovação dos contratos de trabalho.</p> <p>Maior parte dos trabalhadores nunca ouviram falar do SINTIA, os que já ouviram falar dizem nunca ter tido algum contacto com este.</p>
Permanentes	<p>De um total de 25 trabalhadores inquiridos nesta categoria, cerca de 48% fazem parte de um agregado familiar cujos membros têm algum trabalho remunerado, e os restantes 52% não possuem trabalho remunerado.</p> <p>Maior parte dos membros do agregado familiar dos trabalhadores nesta categoria, não dispõem de uma fonte de rendimento, isto é, não têm algum</p>	<p>De acordo com o inquérito constatou-se as mesmas evidências encontradas para os trabalhadores sazonais, pois o rendimento que a açucareira paga não muito se difere entre os sazonais e efectivos.</p>	<p>Maior parte dos trabalhadores nesta categoria tem conhecimento dos seus direitos e obrigações laborais, excepto aqueles com baixo nível de escolaridade.</p> <p>Maior parte dos trabalhadores nesta categoria dizem conhecer o SINTIA, mas no entanto quase que nenhum contacto tem tido com este.</p>

	trabalho remunerado, os que têm, alguns encontram-se empregues na açucareira como efectivos e outros como sazonais.		
--	---	--	--

Fonte: Inquérito aos trabalhadores da açucareira de Xinavane, 2009

Anexo 2 - Tabela 5: Número de membros do agregado familiar dos trabalhadores da açucareira de Xinavane

Número do agregado	Trabalhadores	
	Efectivos	Sazonais
[1 ; 5]	11	9
[6 ; 10]	13	11
[11 ; 15]	1	5
Total	25	25

Fonte: Inquérito aos trabalhadores da açucareira de Xinavane, 2009

Anexo 3 - Tabela 6: Nível de escolaridade dos trabalhadores da açucareira de Xinavane

Nível de escolaridade	Número de trabalhadores	
	Efectivos	Sazonais
Nenhum	0	8
Primário	9	12
Secundário	11	5
Técnico	5	0
Total	25	25

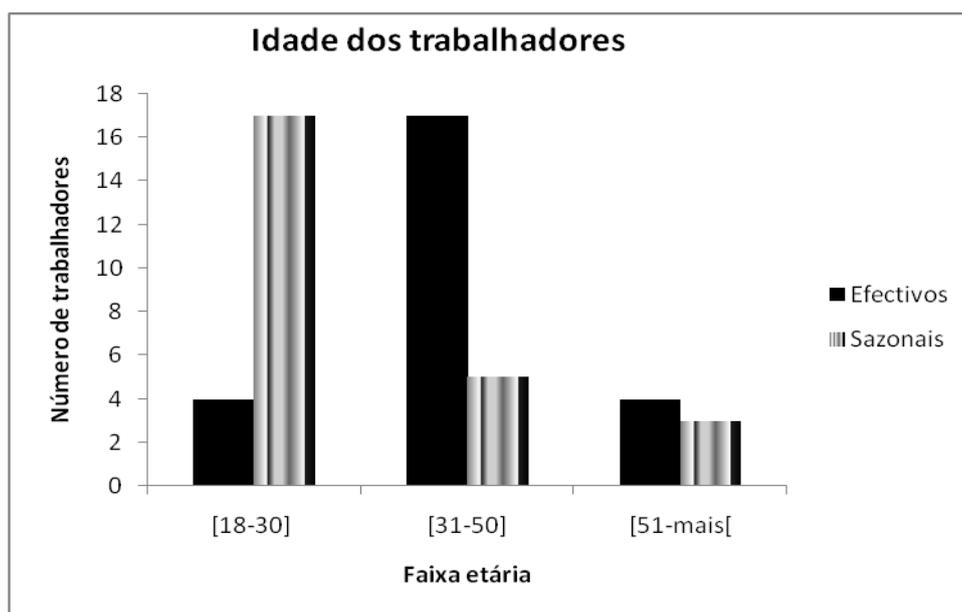
Fonte: Inquérito aos trabalhadores da açucareira de Xinavane, 2009

Anexo 4 - Tabela 7: Faixa etária dos trabalhadores da açucareira de Xinavane

Faixa etária	Número de trabalhadores	
	Efectivos	Sazonais
[18-30]	4	17
[31-50]	17	5
[51-mais[4	3
Total	25	25

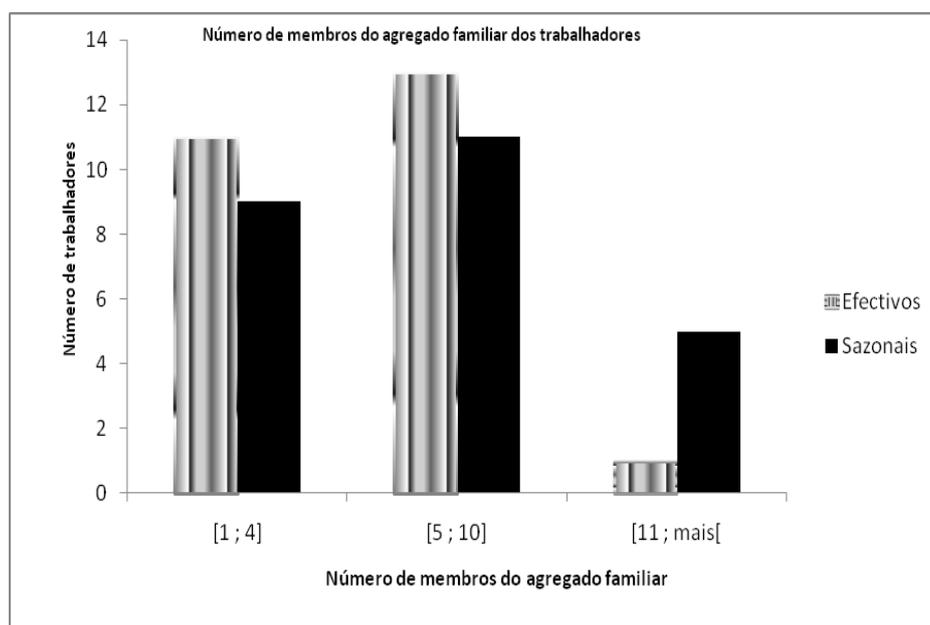
Fonte: Inquérito aos trabalhadores da açucareira de Xinavane, 2009

Anexo 5 - Gráfico 3: Faixa etária dos trabalhadores da açucareira de Xinavane



Fonte: Inquérito aos trabalhadores da Açucareira de Xinavane (Janeiro, 2009)

Anexo 6 - Gráfico 4: Número de membros do agregado familiar dos trabalhadores da açucareira de Xinavane



Fonte: Inquérito aos trabalhadores da Açucareira de Xinavane, 2009

Anexo 7 - Tabela 8: Linhas de Pobreza alimentar e não alimentar

	Linha da Pobreza Alimentar	Parte Alimentar	Linha da Pobreza Nao- Alimentar	Linha da Pobreza Total
1 Niassa e Cabo Delgado-rural	5434	0.77	1665	7099
2 Niassa e Cabo Delgado-urbano	7540	0.74	2690	10231
3 Nampula-rural	4471	0.75	1501	5972
4 Nampula-urbano	4853	0.73	1807	6661
5 Sofala e Zambezia-rural	4155	0.76	1318	5473
6 Sofala e Zambezia-urbana	6591	0.75	2183	8775
7 Manica e Tete-rural	5629	0.81	1304	6933
8 Manica e Tete-urbana	7145	0.74	2545	9690
9 Gaza e Inhambane-rural	6614	0.73	2394	9008
10 Gaza e Inhambane-urbana	7264	0.68	3457	10721
11 Maputo Provincia-rural	11801	0.70	4963	16764
12 Maputo Provincia-urbano	11898	0.65	6398	18296
13 Maputo Cidade	12224	0.63	7291	19515

Nota: Todos os valores estão em Meticais da antiga família por pessoa e por dia.

Fonte: MPD, 2004

Anexo 8 – Inquérito dirigido a Açucareira de Xinavane

O presente inquérito tem como objectivo a recolha de informação sobre aspectos relacionados com o emprego, os trabalhadores e as condições existente nesse emprego. Este inquérito visa colher alguma sensibilidade que possa facilitar e complementar a análise do trabalho, para efeito do Trabalho de Licenciatura, do curso de Economia, com o tema: *Emprego e condições de emprego nas zonas rurais, suas implicações na pobreza: o caso da açucareira de Xinavane.*

Nome do entrevistado (a):

Cargo que ocupa na Instituição: _____

Secção I: Perspectiva histórica da açucareira e a cadeia produtiva

1. Qual a história da açucareira de Xinavane, a partir da sua criação até ao período actual? Pontos específicos a tomar em consideração:

- Período da sua criação,
 - Emprego e forma de recrutamento dos trabalhadores
 - Condições de trabalho (salário, protecção social)
2. Descrição da cadeia produtiva, desde a produção de cana-de-açúcar até ao produto final. Com especial enfoque para o número de trabalhadores envolvidos em cada fase produtiva.

Secção II: Questões sobre o emprego

3. A açucareira pode fornecer dados sobre: o emprego total gerado (1993-2008), emprego total permanente e sazonal, participação das mulheres e dos homens?

Secção III: Questões sobre os trabalhadores sazonais

III.1 Contrato de Prestação de serviços

1. Em média, maior parte dos trabalhadores sazonais tem contratos formalmente reconhecidos para a prestação de serviços?
- Sim_____
 - Não_____
2. Se sim, qual a média?
- Menos que 50%_____
 - Mais de 50%_____
 - 100%_____
3. Quais são as cláusulas do contrato de prestação de serviços desses trabalhadores?
- _____
- _____
4. Qual o período de contrato dos trabalhadores sazonais?
- Seis meses_____
 - Doze meses_____
 - Mais de doze meses_____
5. Em média, qual a percentagem dos trabalhadores sazonais que conseguem renovar seus contratos?

- Menos que 50% _____
- Mais de 50% _____
- 100% _____

6. Em média quantas vezes o mesmo trabalhador consegue renovar o seu contrato?

- Uma vez _____
- Mas de uma vez _____

7. Quais são os requisitos para que o trabalhador possa conseguir renovar o seu contrato?

III.2 Condições de trabalho

8. Existem algumas condições criadas para proteger os trabalhadores contra acidentes de trabalho?

- Sim _____
- Não _____

9. Se sim, quais as condições existentes?

10. Desde o seu funcionamento já foram registados alguns casos de acidente de trabalho?

- Sim _____
- Não _____

11. Em caso de acidentes de trabalho, existe alguma medida para compensar os trabalhadores?

- Sim _____
- Não _____

12. Se sim, qual ou quais são essas medidas?

13. Olhando para os acidentes de trabalho como sendo ligeiros, de invalidez e mortal, a açucareira pode fornecer dados sobre os acidentes de trabalho ocorrido desde 1993-2008?

14. Os trabalhadores têm acesso a assistência médica e medicamentosa?

- Sim_____
- Não_____

15. Existe algum custo a essa assistência?

- Sim_____
- Não_____

16. Existe algum sistema de protecção aos trabalhadores? Exemplo do INSS?

- Sim_____
- Não_____

17. Se sim, qual ou quais são?

III.3 Remuneração do trabalho

18. Qual a modalidade de pagamento dos salários?

- Diário_____
- Semanal_____
- Mensal_____
- No final do contrato_____

19. Como é determinado a remuneração dos trabalhadores?

- Com base no salário mínimo_____
- Com base no volume de trabalho____
- Com base no sexo_____

20. A açucareira pode fornecer dados sobre os salários dos trabalhadores sazonais?

Secção IV: Questões sobre os trabalhadores permanentes

IV.1 Contrato de trabalho

21. Em média, maior parte dos trabalhadores permanentes têm contrato de trabalho formalmente reconhecidos?

- Sim _____
- Não _____

22. Se sim, qual a média?

- Menos que 50% _____
- Mais de 50% _____
- 100% _____

IV.2 Condições de trabalho

23. Existem algumas condições criadas para proteger os trabalhadores contra acidentes de trabalho?

- Sim _____
- Não _____

24. Se sim, quais as condições existentes?

25. Desde o seu funcionamento já foram registados alguns casos de acidente de trabalho?

- Sim _____
- Não _____

26. Em caso de acidentes de trabalho, existe alguma medida para compensar os trabalhadores?

- Sim _____
- Não _____

27. Se sim, qual ou quais são essas medidas?

28. Olhando para os acidentes de trabalho como sendo ligeiros, de invalidez e mortal, a açucareira pode fornecer dados sobre os acidentes de trabalho ocorrido desde 1993-2008?

29. Os trabalhadores têm acesso a assistência médica e medicamentosa?

- Sim_____
- Não_____

30. Existe algum custo a essa assistência?

- Sim_____
- Não_____

31. Em média, maior parte dos trabalhadores estão registados no sistema de segurara social (INSS)?

- Sim_____
- Não_____

32. Em média, qual a percentagem dos trabalhadores registados no sistema de segurança social (INSS)?

- Menos que 50%_____
- Mais de 50%_____
- 100%_____

IV.3 Remuneração do trabalho

33. A açucareira pode fornecer dados sobre os salários dos trabalhadores permanentes?

Anexo 9 – Inquérito dirigido aos trabalhadores sazonais da Açucareira de Xinavane

O presente inquérito tem como objectivo a recolha de informação sobre aspectos relacionados com o emprego, os trabalhadores e as condições existente nesse emprego. Este inquérito visa colher alguma sensibilidade que possa facilitar e complementar a análise do trabalho, para efeito do Trabalho de Licenciatura, do curso de Economia,

com o tema: *Emprego e condições de emprego nas zonas rurais, sua implicação na pobreza: o caso da açucareira de Xinavane.*

Sexo _____

Cargo que ocupa na Instituição:

Secção I: Identificação do trabalhador

4. Em que faixa etária se encontra?

- [18 – 30] _____
- [31 – 50] _____
- [51 – mais [_____

5. Já frequentou a escola alguma vez?

- Sim _____
- Não _____

6. Se sim, até que nível frequentou?

Secção II: Questões sobre o agregado familiar
--

7. Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar?

8. As pessoas que fazem parte do seu agregado familiar (excluindo o entrevistado), têm algum trabalho formal remunerado?

- Sim _____
- Não _____

9. Se sim, quantas e qual a sua ocupação?

10. Se respondeu sim em 5, são trabalhadores permanentes ou sazonais?

11. O seu agregado familiar possui alguma machamba?

- Sim_____
- Não_____

12. Se sim, a sua produção destina-se ao consumo próprio ou ao mercado?

- Consumo próprio_____
- Mercado_____
- Ambas_____

13. Qual o rendimento médio mensal (em meticais) do seu agregado familiar?

- [0 – 500[_____
-] 500– 1000[_____
-] 1000– mais[_____

14. Qual o peso do rendimento proveniente do trabalho assalariado no seu rendimento mensal?

- Pequeno_____
- Médio_____
- Grande_____

15. Do rendimento proveniente do trabalho na açucareira, consegui fazer poupança?

- Sim_____
- Não_____

16. Qual o consumo médio diário no seu agregado familiar?

- [0 – 10[_____
-] 20– 30[_____
-] 30– 40[_____
-] 40– mais[_____

Secção III: Questões sobre o emprego e as condições de trabalho
--

17. A quanto tempo trabalha na açucareira?

18. Antes de trabalhar na açucareira tinha algum trabalho remunerado?

- Sim_____

- Não_____

19. Se _____ sim, _____ qual _____ era?

20. Qual era o rendimento do seu antigo trabalho? _____

21. Para além do trabalho na açucareira, têm algum outro trabalho remunerado?

- Sim_____
- Não_____

22. Se _____ sim, _____ que _____ trabalho _____ exerce?

23. Se respondeu sim em 17, qual o rendimento? _____

24. Tem algum contrato formal de prestação de serviço na açucareira?

- Sim_____
- Não_____

25. Se sim, tem conhecimento dos pontos que constam nesse contrato?

- Sim_____
- Não_____

26. Desde que começou a trabalhar na açucareira, quantas vezes renovou seu contrato de trabalho?

- [1 – 3] _____
- [4 – 6] _____
- [7 – mais] _____

27. A açucareira oferece instrumento de protecção contra acidentes de trabalho?

- Sim_____
- Não_____

28. Em caso de acidente de trabalho a açucareira oferece alguma protecção?

- Sim_____
- Não_____

29. Durante o tempo que trabalha na açucareira já teve algum acidente de trabalho?

- Sim____
- Não____

30. Se sim, beneficiou-se de alguma assistência por parte da açucareira?

- Sim____
- Não____

31. Em caso de doença, a açucareira oferece assistência médica e medicamentosa?

- Sim____
- Não____

32. Já ouviu falar do Sindicato dos trabalhadores da Indústria Açucareira?

- Sim____
- Não____

33. Se sim, já alguma vez teve contacto com o sindicato?

- Sim____
- Não____

34. Se respondeu sim em 17, quais as condições de trabalho existente?

35. Existe diálogo entre os trabalhadores e os empregadores?

- Sim____
- Não____

Secção IV: Remuneração

36. Com a remuneração proveniente do trabalho na açucareira consegui criar outras fontes de rendimento?

- Sim____
- Não____

37. Se sim, qual ou quais são?

38. Se respondeu sim em 8, com a remuneração do trabalho realiza algum investimento na sua machamba?

- Sim_____
- Não_____

39. Se sim, que tipo de investimento?
